

Editora Prospectiva (Frutal-MG).

A Fundação Gorceix e o contexto da expansão da Escola de Minas nos anos 1960: primeiros documentos.

Machado, Otávio Luiz.

Cita:

Machado, Otávio Luiz. (2013). *A Fundação Gorceix e o contexto da expansão da Escola de Minas nos anos 1960: primeiros documentos*. Frutal-MG: Editora Prospectiva.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/otavioluizmachado/47>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/pezx/p0t>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

OTÁVIO LUIZ MACHADO



**A FUNDAÇÃO GORCEIX E O
CONTEXTO DA EXPANSÃO
DA ESCOLA DE MINAS NOS
ANOS 1960: PRIMEIROS
DOCUMENTOS**

EDITORA
PROSPECTIVA

Otávio Luiz Machado
(Organizador)

**A FUNDAÇÃO
GORCEIX E O
CONTEXTO DA
EXPANSÃO DA ESCOLA
DE MINAS NOS ANOS
1960:
PRIMEIROS
DOCUMENTOS**

EDITORA PROSPECTIVA

Copyright 2013 by Otávio Luiz Machado

Capa: Editora Prospectiva

Foto de capa: Arquivo digital de Otávio Luiz Machado

Revisão: Otávio Luiz Machado

Edição: Editora Prospectiva

Machado, Otávio Luiz. A Fundação Gorceix e o contexto da expansão da Escola de Minas nos anos 1960: primeiros documentos. – Frutal: Prospectiva, 2013.

ISBN: 978-85-67463-12-4

1. Estudantes universitários – Comportamento. 2. Memória Histórica. 3. Educação extracurricular; 4. Moradia Estudantil.

CDU316.6:378.4

Contatos com o autor:

Caixa Postal nº 1, 382000-000 Frutal-MG

E-mail: otaviomachado3@yahoo.com.br

Tel: (34) 9668-9575

SUMÁRIO

Introdução

Otávio Luiz Machado..... 05

PRIMEIRA PARTE: FALAS E MOMENTOS

Escola de Minas: Palavras de Devoção e Amizade

Amaro Lanari – Ex-Aluno da EMOP (1959)..... 06

Discurso Censurado

Moacyr do Amaral Lisboa – Professor da EMOP (1960)..... 23

O Diretório Acadêmico e a reforma de nossa Escola

Marcelo Guimarães de Mello – Presidente do DAEM (1961) ... 50

Reformas de Base na Escola de Minas de Ouro Preto

Oswaldo de Magalhães Dias – Prof. da EMOP (1961) 51

Alfabetização de Adultos: Universitários, Operários e Lavradores Para, Juntos, Construírem o Brasil de Amanhã

José Paulo Vasconcelos Gomes – Pelo D.A.E.M. (1961) 54

Construções Novas para Nova Escola

Joaquim Maia – Professor da EMOP (1965)..... 59

SEGUNDA PARTE: DOCUMENTOS E FATOS

Relatório do Diretório Acadêmico – Situação Atual da Escola de Minas de Ouro Preto (1962) 69

Comentários: à Margem de um Relatório do D.A.

Diretoria da Escola de Minas de Ouro Preto (1962) 79

Relatório – Síntese da Atual Situação da Escola de Minas de Ouro Preto pelo Diretório Acadêmico (1970) 123

Introdução

Aqui trazemos documentos para se conhecer o pensamento de mestres e estudantes sobre os rumos da Escola de Minas entre os anos 1960 e 1970, o que é fundamental para a realização de novos estudos e a produção de uma reflexão sobre os limites e possibilidades de uma escola superior de Engenharia.

O Documento que abre a série foi produzido por um ex-aluno empenhado em dotar a sua antiga escola de dias melhores, inclusive agindo decisivamente para a criação de uma entidade que viria a apoiar intensamente a Escola de Minas: a Fundação Gorceix.

Os documentos produzidos por estudantes também são uma fonte importante para entender a insatisfação estudantil, pois até hoje são os estudantes os que mais sentem ou se beneficiam quando as ações administrativas e educativas correm bem; também são sensíveis quando são prejudicados e geralmente são os primeiros a dar o grito para a mudança.

Não estamos nos referindo a um tempo distante, somente, porque muito do que ocorreu lá atrás ainda permanece vivo dentro das instituições.

PRIMEIRA PARTE: FALAS E MOMENTOS

Aqui apresentamos inicialmente um conjunto documental que buscou pensar a Escola de Minas e os seus desafios futuros. Em outros trabalhos que focamos na análise poderão ter um roteiro mais trabalhado sobre o período.

ESCOLA DE MINAS: PALAVRAS DE DEVOÇÃO E AMIZADE¹

Amaro Lanari

Sejam as minhas primeiras palavras de agradecimento ao preclaro Presidente da Associação de Antigos Alunos da Escola de Minas, pela honra e distinção que me conferiu, designando-me para falar, em nome dessa instituição, na tradicional festa em que se comemora a data da fundação da nossa querida Escola.

Tenho para mim que o objetivo dessa escolha fôra o de homenagear a turma de ex-alunos que êste ano completa o meio século de labutas e andanças neste planeta e, se assim foi, observar que, escolhendo o mais obscuro e menos qualificado de seus componentes, terá querido, também, significar a igualdade de estima e consideração em que são tidos, por seus companheiros, todos os que passaram pela nossa Escola. Foi você, caro Presidente, buscar-me no refúgio da meia compulsória em que me instalei, sempre cercado pelos meus, entre os quais vários levam a marca da velha Escola e todos o carimbo do sangue e das tradições de Ouro Preto, a antiga metrópole dos mineradores, hoje a nossa Meca, incorporada, indissolúvelmente, à tradição e à mística da Escola de Minas.

Na carta que escreví, participando que obedecia à ordem de nosso Presidente, de falar nesta cerimônia em nome dos antigos alunos, lembro-me de haver-lhe pedido que

¹ Discurso do Engenheiro Amaro Lanari pronunciado por ocasião do 83º aniversário da Escola de Minas de Ouro Preto, em 12 de outubro de 1959 em nome dos antigos alunos. O Discurso foi amplamente divulgado, inclusive na forma de um livreto intitulado "Escola de Minas: Palavras de Devoção e Amizade", em 1959.

preparasse o ambiente para ouvir um péssimo orador, sem dotes literários, de pouca imaginação, gasto por 50 anos de trabalhosa tarimba, e lutas às vèzes árduas, e que apenas dispunha, para manifestar os sentimentos dessa plêiade brilhante de colegas, da juventude do seu coração que, graças a Deus, ainda vibra como nos idos de 1909, quando aquí éramos companheiros, jovens estudantes cheios de ideais e esperanças: Domingos Fleury da Rocha, que veio a ser brilhante professor, diretor e, por último, professor emérito da sua Escola, que desempenhou elevados cargos públicos dentro da sua especialidade, e a quem se devem importantes estudos sôbre o carvão nacional realizados na Europa; meu querido irmão Cássio Umberto Lanari, cheio de vida e vigor intelectual, fadado a algo realizar no campo do pensamento, e que a morte ceifou prematuramente, pouco mais de ano após; Christiano França Teixeira Guimarães, industrial pelo sangue, meu sócio e companheiro na fundação da Belgo Mineira, e fundador e presidente de um dos maiores e reputados bancos nacionais; Raul Nin Ferreira, que tem sua vida assinalada em inúmeras obras de engenharia civil, como sejam: pôrto de Salvador, Obras Contra as Sêcas, Estrada de Ferro-Brasil-Bolívia, e na construção de grande extensão de estradas de ferro e de rodagem; e, finalmente, o menos categorizando de todos, que aquí vos fala, construtor de estradas e com vocação irresistível de mestre de forja.

Apesar do caráter festivo da comemoração que ora realizamos, sinto, antes de mais nada, imperioso desejo de clamar pelos nossos mortos, – fundadores, diretores, mestres, colegas e empregados – que aquí estarão presentes, em espírito, neste momento, para que recebam as expressões da carinhosa saudade e sentida lembrança com que os vimos

partir, vários deles prematuramente, e em plena juventude, e todos cheios de fé, entusiasmo e esperanças no futuro.

Volvendo os olhos ao passado, e rememorando os amigos e colegas contemporâneos, veteranos e calouros, tenho a impressão de divisar, ao longe, em noite enluzada, aqueles 27 engenheiros que coláram grau nesta Escola no período de 1902/1909, desde quando nós, os cinquentenários dêste ano, éramos anexins, até à conclusão do nosso curso: apenas 6 são sobreviventes, dos quais 4 somos nós, os de 1909. Entre os 21 ausentes, quantos amigos diletos, quantos se souberam honrar esta Escola que os formara profissional e espiritualmente, servindo, ao mesmo tempo, o país, ainda em difícil processo de desenvolvimento econômico.

Perdoem-me esta pequena digressão no campo das tristezas, em dia e momentos de festas e de natural alegria pelo octogésimo terceiro aniversário da nossa Escola de Minas, obra forjada por Henri Gorceix, inteiramente à sua feição, com desvêlo, carinho e amor que ninguém excederia e a que deu, por igual, todo o sentido da sua brilhante inteligência, invulgar saber e notável senso de educador e formador de homens.

Uma obra criada com êsses fundamentos é uma obra para os séculos, gera uma mística, a mística da Escola de Minas, que só quem por aquí passou compreende, professa e pratica insensivelmente, como adepto de um princípio, de uma doutrina ou de uma filosofia, formando um conjunto de regras que norteiam e disciplinam o nosso modo de proceder nos trâmites da vida, como obreiros, profissionais, homens de empresa, professores e até como políticos, perfeitamente enquadrados na moral da crença que professamos.

Que melhor demonstração da fortaleza da mística da Escola de Minas que a reação calma, paciente, natural e, por

vêzes, inconsciente dos diretores e mestres desta Escola às novidades, reformas e quejandas que temos padecido em matéria de instrução, a partir de 1891?

Aos poucos, vai o barco voltando à rota que lhe foi traçada, renova-se, evolue e avança, que as regras não contêm um sentido estático, e, sim, dinâmico, de acôrdo com o evoluir do tempo.

Honrado e homenageando o fundador e primeiro diretor desta Escola queremos, também, homenagear os seus sucessores, sem excepção, e a todos os que aqui professaram, vivos e mortos, e agradecer e exaltar-lhes os méritos pela sua fidelidade às velhas regras da Escola de Minas, que é também, no fim de contas, por direito, nossa, de todos nós, antigos alunos.

Rendamos, por igual, nossas homenagens ao Imperador Pedro II, o governante ilustre que sancionou a Lei de 1832, descobriu, pessoalmente, o artífice que a executaria e lhe deu o mais completo apoio para que o fizesse com a perfeição de que era capaz. Não é sem razão que seus retratos ocupam lugar de honra no salão nobre desta casa.

Não esqueçamos, para bem comemorarmos esta data festiva, os velhos bedéis, contínuos e demais empregados, entre os quais permito-me recordar: José dos Santos Lucas, velho servidor de Gorceix em suas excursões ; Lucio Costa, que indicava aos estudantes as obras que deviam consultar para determinados projetos; Antonio Bueno, profundo conhecedor da flora dos arredores de Ouro Preto ; Emílio, da seção de geologia e mineralogia, vindo, também, dos tempos de Gorceix, e auxiliar precioso de Costa Sena, que o levou à Exposição de Santiago do Chile, onde causou admiracao; Belmiro Crescêncio, o químico, que muitas vêzes nos livrava de apuros e insucessos no laboratório ; e Leonel, do gabinete

de topografia e astronomia, cujo estrabismo divergente em um dos olhos lhe facilitava, dizia êle, descobrir os trevos de 4 folhas...

E para coroar as homenagens que aquí tributamos, guardemos, bem no íntimo dos nossos corações, esta velha cidade que tanto amamos e que tão gratas recordações nos proporciona, quasi tricentenária, desde sua origem de metrópole dos mineradores, em perfeita consonância com o destino que lhe foi reservado em nossos dias, de cidade dos mestres, profissionais e estudantes de minas e metalurgia, e monumento nacional. Para aquí convergiram as tradições mineradoras da colônia e daqui irradiam, para todo o nosso país, há 83 anos, os profissionais da geologia, da mineração e das indústrias correlatas.

Salve, Ouro Preto, Vila-Rica de Albuquerque, nossa cidade!

Está escrito, prezados ouvintes, que as glórias dêste mundo são falazes e traiçoeiras aos que em vida as recebem ; a posteridade é que as pode confirmar e exaltar, e, sobretudo, atribuí-las e proclamá-las aos que viveram merecimento ignorado, ou foram combatidos, repudiados, castigados e até eliminados pelos seus oponentes ou inimigos rancorosos. O exemplo absoluto têm-lo no Calvário, com o Homem-Deus, mas são sem conta os ignorados ou injustiçados dêste mundo que ganharam as glórias e aplausos da posteridade. Não insistamos em enumerar êsses exemplos. Falemos de nosso patrono.

Ao vir para o Brasil, Gorceix, jovem sábio de 32 anos, com a formação que lhe deu a Escola Normal Superior de Paris (seção de ciências, – escola de professores) não havia, ainda, exercido qualquer atividade duradoura que lhe assegurasse continuidade e futuro. Pleiteava uma cadeira

universitária justamente quando lhe chegou o convite do nosso Imperador. Animado pelo seu espírito de aventura, ambição de glórias e de algo realizar, aceitou o convite, precipitou a viagem e abrindo-se com seu irmão escreveu-lhe: “*Sonhei com um pouco de glória, com algum rumor a meu respeito ; suporto o ônus do meu orgulho*”.

O que aqui o aguardava era bem mais do que uma cadeira universitária : era a fundação e direção de uma escola de alto padrão, destinada a formar engenheiros de minas, servido pelo complemento precioso do apôio irrestrito com que o cumulou Pedro II.

Em novembro de 1875 é criada a Escola e, menos de um ano após, exatamente na data que hoje festejamos, é ela inaugurada.

Os anos corriam-se felizes, os trabalhos serviam-lhe de estímulo para um redobrar de esforços, as glórias e os rumores que tanto almejava estavam à vista e a sua obra funcionava nos exatos termos em que a concebera. Era a cristalização do seu ideal e o grande objetivo de sua vida!

Veio a república com o seu tributo de exaltação política, mudanças de homens, inovações, reformas post-revolucionárias, nem sempre oportunas ou acertadas, e aí começou a sua *via crucis*. Dois anos de luta se escoaram, entre incertezas e apreensões, até convencer-se de que, não podendo manter a sua inflexível linha de ação, devia exonerar-se ; a 14 de outubro de 1891, cinco dias antes de completar 49 anos, afastou-se da sua querida Escola.

Que maior decepção, sentimento e mágoa poderiam abater-lhe o ânimo e ferir-lhe o coração, do que ver ruírem-lhe os sonhos e a esperança de dedicar tôda a sua vida à grande obra que criara?

Tentativas houve de oferecer-lhe outras posições que não estavam, em todo caso, à altura de tão eminente personagem.

Retira-se definitivamente para a França contando mais de 55 anos ; lá, também, perdera a oportunidade que ambicionara de situar-se entre os grandes vultos da ciência francesa : “ocupa-se com a exploração rural e a administração da comuna de Bujaleuf”...

Quem sonhara com “*um pouco de glória e com algum rumor*” a seu respeito e vê-se transformado em pequeno lavrador e administrador de uma comuna sem importância, depois de haver pressentido a realização de um ideal grandioso, por força há de julgar-se vencido e tomado de profunda mágoa e tristeza que justificam, sem dúvida, a frase que se lhe atribui haver pronunciado ao expirar: “*J’ ai manqué ma vie*”.

Contudo, a reparação à injustiça não tardou: a fidelidade às suas regras, ao “espírito de Gorceix, à mística da Escola de Minas foram sempre notícias entre quantos por aqui passaram.

As palavras com que, anualmente, aqui vimos exprimir os nossos sentimentos de saudade, de júbilo, de esperança e de fé, são palavras de um ritual, que não valem por serem novas, mas por nos convidarem a um periódico exame de consciência. Nós, católicos, bem sabemos o que isto significa, pois continuamos a repetir as mesmas palavras e conceitos na oração cotidiana.

Entretanto, é profundamente significativo que a essência e o sentido dos atos comemorativos dos aniversários da nossa Escola, se tenham traduzido sempre em homenagens e culto à memória do seu fundador.

De não menor significado, é o fato de que os sentimentos que assim se traduzem, sejam unânimes.

Realmente, em ocasiões como esta, todos se sentem nivelados pelo sincronismo perfeito das emoções e pela completa identidade de sentimentos. E nessa comunhão de almas não é possível distinguir diretor, professores, antigos ou novos alunos: há apenas os alunos que terminaram, e os que não acabaram ainda o curso. Há apenas discípulos de Gorceix, reunidos na sua Escola, como que para uma prestação de contas ao mestre sobre os trabalhos executados numa longa excursão, trazendo-lhe as amostras dos desenganos, das lutas e das vitórias colhidas ao longo dos caminhos da vida.

Como se sentiria feliz o inexcedível professor, se pudesse hoje contemplar a sua obra, e apreciar os frutos dos seus esforços e da sua total dedicação!

Como se sentiria orgulhoso da firmeza das mãos daqueles outros eminentes sábios e prudentes varões que o têm substituído ao leme, através de temporais impetuosos ou calmarias inexpressivas.

Como ficaria contente ao vêr os seus engenheiros de minas estudando, trabalhando e transformando o subsolo desta grande pátria em utilidades e bem estar para o seu povo!

Lembrar-se-ia dos mestres de forja, que tanto admirava, perdidos pelos sertões a fora, a trabalhar, como titãs, nos seus fornos de 3 arrobas por dia, ao contemplar as grandes e modernas usinas siderúrgicas do Brasil. Encontraria, então, os seus discípulos na vanguarda, empenhados no cumprimento da sua determinação: "*A Escola de Minas de Ouro Preto tem por fim dirigir a indústria siderúrgica. Não se esquecerá deste dever*"; e os encontraria sempre atendendo o seu desejo de que constituísse "*um título*

de glória dos engenheiros da Escola dar vida nova à indústria do ferro”.

Como seu discípulo e como velho siderurgista tenho a satisfação do dever cumprido:

Há exatamente 43 anos propus ao meu caro amigo e colega Christiano Guimarães, aqui presente, a organização de uma empresa siderúrgica. Aceita por ele a idéia, com o mesmo entusiasmo que me possuía, fundamos, a 21 de janeiro de 1917, a Companhia Siderúrgica Mineira que construiu em Sabará, o maior alto forno, de então, na América do Sul, com a capacidade de 25 toneladas diárias de gusa para fundição.

Acompanhei pessoalmente, aqui, em Ouro Preto, o cálculo do perfil do forno e o seu projeto, executados pelo meu saudoso mestre Alberto de Magalhães Gomes, obtendo, sem dificuldade, o seu acôrdo para a incorporação ao projeto de alguns detalhes sugeridos – não só pela mais moderna técnica da época, como pela racionalização e economia da construção e montagem dos equipamentos principais e auxiliares.

A bôa semente que lançáramos daria certamente bons frutos.

Quasi cinco anos mais tarde, após entendimentos pessoais do Sr. Gastón Barbanson com a direção da Companhia Siderúrgica Mineira, realizou-se, a 11 de dezembro de 1921, uma Assembléia Geral na qual o capital da empresa, então de 350 contos de réis, foi elevado a 15 mil contos, com a subscrição, pelos novos acionistas, entre os quais o ARBED, de quasi totalidade dêsse aumento. A êste consórcio siderúrgico coube assumir, conseqüentemente, a direção da organização. Na mesma oportunidade foi resolvido

alterar a razão social da firma, tendo o Sr. Barbanson aceito a minha sugestão de modificá-la para Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, nome que desde então conserva.

A semente germinou e se tornou árvore pujante.

A Louis Enschedé, Alberto Scharlé e Joseph Hein, e às equipes técnicas e administrativas que adestraram, e nas quais os engenheiros da Escola têm estado sempre em posições destacadas, coube a responsabilidade e a glória de construir a maior e mais moderna usina siderúrgica a carvão de madeira do mundo.

E, seguindo os conselhos de Gorceix, os técnicos e administradores da empresa continuam dando "*vida nova à indústria do ferro*", quando, acompanhando e incorporando os mais recentes melhoramentos na técnica de fabricação, igualmente se empenham no aumento e aprimoramento da produção, e no estudo e execução de aperfeiçoamentos técnicos inteiramente originais, que revelam superior capacidade científica.

A adoção dos conversores LD a oxigênio, o aumento de produção correspondente, as instalações de sinterização, e os sucessivos melhoramentos e modificações dos perfis dos seus altos fornos, como decorrência dos estudos e observações realizados, tôda essa evolução traduz clara e nitidamente a idéia da contínua atualização, da permanente "*vida nova à indústria do ferro*".

Êste espírito, a cultura científica e a capacidade técnica, aliados, permitem àquela empresa marchar com coragem e segurança para uma produção de 500 mil toneladas anuais, e mostrar ao mundo que 300 toneladas diárias não constituem mais, provavelmente, o limite da produção de um alto forno a carvão de madeira.

A prática moderna do reflorestamento, os conhecimentos adquiridos, o melhor rendimento na fabricação do carvão, as grandes economias de combustível que se tornaram hoje possíveis, todos estes fatores indicam que grandes usinas a carvão de madeira poderão operar no país, sempre que esta característica apresente vantagem técnica ou econômica ou, ainda, que a solução seja a indicada por outros interesses superiores.

Fui levado a focalizar especialmente a fundação e a evolução da Belgo-Mineira, pela responsabilidade que tive na sua criação, e pelo justo orgulho de vê-la crescer e manter-se sempre na liderança dos progressos siderúrgicos no Brasil e no mundo.

Peço alguns minutos de tolerância ainda, para abordar certos problemas que surgirão – se já não surgiram – em decorrência da amplitude e rapidez do nosso progresso e desenvolvimento neste últimos e nos próximos anos. Interessam, não somente à direção e aos corpos docente e discente da Escola de Minas, mas, talvez, em grau mais premente, a grande número de empresas e estabelecimentos industriais, ao nosso governo, nas empresas para-estatais e nos setores econômicos, e à educação em geral, de norte a sul do país.

É flagrante a carência de técnicos, engenheiros, pesquisadores, etc., com que nos defrontamos, não só para as necessidades atuais, mas, principalmente, devemos presumir, para as que virão no correr dos próximos anos, sobretudo nas especialidades que constituem a finalidade do ensino da Escola de Minas. E é de prever-se, conseqüentemente, grande afluência de moços para freqüentarem seus cursos, estimulados, sobretudo, pela grande procura de profissionais, pelo racional encurtamento do *curriculum* acadêmico, pela

diversificação das especialidades, e pelas vantagens que poderão resultar da reforma que se anuncia para breve, sem deixar de mencionar a relativa modicidade da vida em Ouro Preto, comparada com a das grandes cidades.

Surgirá, então, o grave problema do alojamento adequado para essa juventude em habitações higiênicas, com o conforto mínimo que se deve ter, assistência social, médica e dentária, salas de reuniões, biblioteca, serviço de restaurante, etc. E tudo isso é, nada mais nem menos, o que a maior parte das empresas brasileiras dispensam a seus operários e empregados.

No meu tempo de estudante, o máximo de alunos que atingimos nas 6 séries foi o de 28, se bem me lembro; a cidade estava em plena decadência, devido à mudança da capital para Belo Horizonte, e à transferência de grande parte da sua população para a sede do Governo Mineiro. As casas, nem sempre habitáveis, sobravam; seu aluguel era irrisório e os pretendentes podiam usar do direito de escolha. De então para cá as coisas mudaram: o número de alunos cresceu, como cresceu, também, em proporção maior, a população da cidade.

Dizem-me, a propósito, – não sei de conhecimento próprio e não me levem a mal por isto, que a intenção é a melhor possível – que em Ouro Preto, atualmente, qualquer casinha de pau a pique é bangalô de Nhônhô, e sobrado e casa de pedra, solar de Sinhô, tais as alturas de seus preços de alugueis.

Esclareço, neste ponto, que considero sagrado e intocável o que existe em Ouro Preto de recordação do seu passado glorioso de metrópole dos mineradores, dos tempos áureos do século XVIII, do seu fausto e grandeza, de suas lutas, da Inconfidência e seus mártires, dos seus poetas, dos grandes homens que produziu e, também, do Ouro Preto que

viví, pobre e exaurido, dos tempos de Gorceix e seus primeiros sucessores.

Isto, entretanto, não significa que a cidade, preservado o monumento nacional, não possa crescer e abrigar, condignamente, os mestres e estudantes de minas. Sei da iniciativa da incansável Ana Amélia, presidente da Casa do Estudante do Brasil, em favor dos estudantes de Ouro Preto, e eu lhe rendo, por isto, as minhas sinceras homenagens.

O que venho sugerir, porém, é de outro estilo. É como se fôra uma fração de cidade universitária, criada e mantida por uma fundação, a – “FUNDAÇÃO GORCEIX” –, presidida pelo Diretor da Escola de minas e Presidente dos Antigos Alunos, dispondo de um Conselho de Curadores, composto de colaboradores-contribuintes, de qualquer procedência, e de uma Comissão Executiva de professores e alunos.

Já o notável sucessor de Gorceix que se revela o meu amigo Salathiel Tôrres, no seu discurso de posse, declara: “Será indispensável que tenha prosseguimento essa obra vital da criação, em Ouro Preto, dos recursos indispensáveis ao florescimento de uma coletividade estudantil realmente apta a fazer frente às absorventes tarefas que lhe incumbem”.

Eis aí um primeiro problema a resolver, prevendo um número de estudantes que, se hoje se avizinha dos 400, em futuro não remoto poderá atingir o milhar ou mesmo mais.

O aumento da capacidade da Escola e do equipamento de gabinetes, laboratórios, etc., é lá com o governo, que se deve dispor a estabelecer metas de largo alcance, em matéria de educação; a concepção de projetos e localização de prédios a que me referí, digamos, modernizados, sem quebrar a linha evoluída da tradição da metrópole dos mineradores, para a sua renascença como cidade dos mestres e estudantes de minas, é

assunto e competência do SPHAN, cujo diretor, ilustre filho de Ouro Preto, amigo e cultor da velha cidade, será, espontaneamente, estou certo, com os elementos técnicos de que dispõe, colaborador eficiente e pronto na solução desta parte do nosso projeto.

Outro problema de capital importância é o da criação, pela “FUNDAÇÃO GORCEIX”, de um verdadeiro Instituto de Tecnologia e Pesquisas aplicadas às especialidades que constituem o objetivo da Escola de Minas, e que seja o lugar em que alunos, antigos alunos, e profissionais e técnicos de qualquer procedência, encontrem, em cursos de extensão, os elementos representativos do grande progresso tecnológico contemporâneo.

Como mobilizar os recursos para obra de tamanho vulto?

Começando pelas empresas siderúrgicas e estabelecimentos industriais afins, pelas empresas extrativas de mineração, inclusive a Petrobrás; indústrias de metais não ferrosos; indústrias dirigidas ou em cuja direção colaborem antigos alunos; empresas e estabelecimentos, de qualquer natureza, em iguais condições, inclusive bancos, e aqui tenho presente em meu pensamento o fundador e presidente de um grande banco mineiro, antigo aluno desta Escola.

A colaboração virá, espontânea e generosa, e surpreenderá, certamente, os mais otimistas.

Ponhamos fé em nosso trabalho que não colima interesses de ordem pessoal, senão servir à causa da nossa cultura e progresso.

Confiemos em nossos homens de empresa, que não são menos lúcidos e patriotas que os que em outras terras, com o mesmo espírito, realizaram e realizam obras de igual alcance.

Sem voltar à Petrobrás a que já nos referimos, absorvedora de geólogos, engenheiros de minas e técnicos em pesquisas, extração e destilação de petróleo, possuindo em seu quadros grande número de antigos alunos, façamos um apanhado, ainda que incompleto mas sem omissão voluntária, dos possíveis pontos de apóio à “FUNDAÇÃO GORCEIX”: Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, presidida por antigo aluno, tendo em seus quadros vários técnicos e antigos alunos, e dirigida por um ilustre colega mineiro-luxemburguês, amigo desta terra, como o foram seus saudosos patrícios e antecessores; Acesita, entre cujos fundadores diviso vários antigos alunos, atualmente presidida, também, por antigo aluno; Usiminas, emprêsa que, para começar, vai inverter cêrca de 30 bilhões de cruzeiros no Vale do Rio Doce, que precisa de muitos antigos alunos e que é, por sua vez, presidida por antigo aluno; a futura Companhia Siderúrgica Mannesman, de Belo Horizonte; a Usina Gorceix, da Cia. Ferro Brasileiro, fundada por dois antigos alunos e dirigida por patrícios do nosso homenageado; Companhia Brasileira de Usinas Metalúrgicas, de Barão dos Cocais; a veterana e pioneira Usina Esperança e sua aliada de Gagé, dos amigos de Ouro Preto, presidida por Marcos Carneiro de Mendonça; a Alumínio Minas Gerais, fundada e construída por dois antigos alunos e à qual emprestam as luzes do seu saber distintos professores da Escola; a Lafersa e todo aquele vasto de usinas e chaminés que se estendem a partir de Belo Horizonte pelo oéste de Minas, que já iniciou a conquista do vale do Rio das Velhas, sertão a dentro, por Matosinhos e Sete Lagôas, que faz seu ato de presença no Vale do Rio Doce, em Governador Valadares, e nas quais andam o dedo e a cabeça de vários antigos alunos ; a Siderúrgica Ferro e Aço de Vitória, no Espírito Santo; a Companhia Siderúrgica Nacional, fundada

pelo Doutor Honoris Causa desta Escola e abalizado siderurgista General Edmundo Macedo Soares e Silva, a primeira que nasceu grande no Brasil e cujo diretor industrial e vários de seus técnicos especializados, são filhos da Escola de Minas; a Siderúrgica Barbará; a de Saudade, da família José Ermírio de Moraes, também magnata da indústria do cimento, alumínio e extrativa de minerais; a Mineração Geral do Brasil, dos empreendedores irmãos Jafet ; a Siderúrgica J. L. Aliperti, a Aços Vilarés, a Cosipa, notável iniciativa dos siderurgistas de São Paulo; e outras, grandes e pequenas empresas, em várias das quais se encontra a presença ou a tradição de antigos alunos, como as várias indústrias paulistas em que são de primeiro plano os antigos alunos Oton Alves Barcelos Corrêa e Justo Pinheiro da Fonseca; e em todos os ramos da atividade que abrange as especialidades professadas na Escola de Minas, desde o Amapá ao Rio Grande do Sul, e das costas orientais às lindes ocidentais do Brasil.

Permitam-me que mencione, em último lugar, a pequenina e modesta Usina Santo Amaro, da firma Lanari S.A. Indústria e Comércio, localizada em Paracambi, Estado do Rio, que estamos construindo, com o vagar que impõem os poucos recursos de que dispomos, cuja produção de lingotes de aço mal atinge, anualmente, 30 mil toneladas por ano, e que obedece, contudo, a um plano de desenvolvimento previamente estudado, que a transformará numa moderna usina integrada para 250 mil toneladas de lingotes de aços comuns e especiais, anualmente. É significativo que, para o plantio desta outra semente, eu tenha podido contar de novo, 35 anos após, com o prestígio e o conforto da presença afetiva do meu velho amigo e companheiro Christiano Guimarães, em concordância, ainda uma vez, com o desejo expresso de

Gorceix, de que aos engenheiros da Escola cumpre “*dar vida nova à indústria do ferro*”.

Sem qualquer intuito de propaganda, que não se coaduna com o nosso feito, mas apenas como indicação da proporção em que as empresas há pouco relacionadas e outras poderão contribuir para a “FUNDAÇÃO GORCEIX”, assumimos, neste momento, o compromisso formal de reservar em nossos balanços anuais uma contribuição de um milhão de cruzeiros para essa fundação, logo que ela adquira personalidade jurídica. E mais, que essa contribuição crescerá com o desenvolvimento que, esperamos, venha a ter a nossa Usina ; e, por último, que estudaremos, oportunamente, os meios de transformar essa contribuição em renda patrimonial da “FUNDAÇÃO GORCEIX”.

Faço esta declaração, e assumo este compromisso, em nome e com a plena aprovação de quatro antigos alunos e dois filhos de antigos alunos, que constituímos a administração e o corpo de técnicos da nossa ainda pequenina empresa.

Aquele empreendimento, a “FUNDAÇÃO GORCEIX”, que julgamos da maior oportunidade e do mais alto interesse para os alunos da Escola, para os profissionais da engenharia, para as indústrias, para a ciência, para a Escola de Minas e para o país, estamos prontos a dar o melhor dos nossos esforços, em qualquer dos seus aspectos, inclusive quanto ao trabalho do angariamento dos recursos necessários.

Pois foi o próprio Gorceix quem escreveu, aqui em Ouro Preto, estas palavras encorajadoras: “SAIBAMOS PEDIR, MEUS SENHORES, E NÃO TENHAMOS RECEIO DE FAZÊ-LO, POIS TRABALHAMOS PARA O PAÍS”.

É tempo de terminar.

Dando por cumprida a incumbência que me determinou o nosso Presidente, de coração na mão e mal

contendo a minha emoção, saúdo a nossa querida Escola de Minas, em nome de todos os seus antigos alunos, reverencio a memória dos seus grandes fundadores e dirijo uma palavra amiga, de simpatia, a todos os colegas, presentes e ausentes, e aos atuais alunos, a quem cabe colher novos louros para esta casa, servindo a um Brasil maior, sempre amado e querido por todos nós.

Discurso Censurado²

Moacyr do Amaral Lisboa

Por que ésta publicação?

Nunca tive a preocupação de defender os interesses da Escola de Minas com objetivos de autopromoção material ou política. Desde que ingressei no seu corpo docente, em 2 de setembro de 1940, venho lutando, quase sempre sozinho, procurando cumprir, da melhor maneira possível, os compromissos solenes que assumí ao receber o grau de engenheiro de minas e civil e ao ser empossado como professor catedrático, por concurso de títulos e provas, da gloriosa Escola de Minas de Ouro Preto. Tanto me orgulho desses dois títulos que possuo e tanto me envaidece ser um filho espiritual desta Escola que tudo o que pude fazer em seu benefício seu, mesmo correndo o risco de não ser compreendido e vilipendiado, farei com o mesmo ardor e os mesmos objetivos que sempre nortearam a minha conduta na vida. Nunca me preocupei com o julgamento alheio com respeito ao meu modo de agir, nunca pleiteei o voto de quem quer que seja para disputar qualquer posto eletivo e nunca recusei qualquer indicação do meu nome para servir a minha Escola mesmo percebendo que tal indicação era um meio hábil de transferência de responsabilidade.

Por ter defendido sempre a permanência da Escola de Minas em Ouro Preto, por ter focalizado sempre o velho problema de moradias para alunos e professores como atestam as atas do antigo C.T.A. e da Congregação, como por

² Retirado do Folheto intitulado "Discurso Censurado", proferido no 12 de outubro de 1960 e publicado pelas Oficinas Gráficas da Escola Federal de Minas de Ouro Preto em dezembro de 1967.

exemplo as propostas apresentadas ao C.T.A. em 11 de Novembro de 1944 e à Congregação em Maio de 1946, por ter lutado, sem esmorecimento, para que não se cometesse o êrro de se extinguir o antigo Curso Geral, por defender o projeto Steidl e ser contrário à política de novas construções segundo o projeto Sérgio Bernardes, por não concordar com a política da Fundação Gorceix com respeito à Escola de Minas tenho sido apontado como exaltado, intransigente, conservador, retrógrado, excessivamente tradicionalista, cabeçudo, teimoso, injusto, criador de casos, etc. etc. etc., enfim um homem cujas atividades são tão prejudiciais à nossa Escola que até de ignorante já foi taxado.

Por mais superior que seja um homem aos ápodos que lhe são atirados a paciência e a tolerância têm um limite, pois até Cristo chicoteou os vendilhões do Templo.

A Revista da Escola nunca deixou de publicar os discursos proferidos nas sessões comemorativas do aniversário da Escola; apenas deixou de dar publicidade completa, como fazia, das festividades de 12 de Outubro de 1960 para não publicar, por ordens superiores, o discurso que proferí naquela sessão solêne. Em tôrno dêsse discurso, desconhecido das próprias pessoas que o ouviram, tem havido uma campanha sistemática contra mim visando ridicularizar-me perante a opinião pública como se eu fôsse um irresponsável ou um inimigo da Escola de Minas. Por que não publicaram êsse discurso como, também, o discurso de recepção a Pedro Calmon proferido no dia 6 de Março do corrente ano? Não sendo daqueles que acendem uma vela a Deus e outra ao Diabo, que usa do anonimato para defender suas idéias ou que as acomode numa espécie de servilismo de consciencia para obter posições ou proveitos materiais, promovi a publicação na íntegra daquêle discurso, proferido

por ocasião da sessão solene de 12 de Outubro de 1960 comemorativa do 84º aniversário da nossa Escola.

Muitos dos problemas apontados naquela ocasião são atuais. Confio num julgamento imparcial e tenho suficiente nobresa de caráter para procurar corrigir-me de erros que por ventura tenha cometido porque quem erra por amor e por devoção deve sentir-se exaltado e não humilhado ao sofrer os castigos do pecado cometido.

Continuo com as mesmas idéias manifestadas nesse discurso e na mensagem que apresentei na sessão da Congregação realizada no dia 20 de Novembro de 1967: o momento que a Escola vive não comporta comodismo, falsas modéstias ou abdicação de responsabilidades permitindo-se possíveis influências estranhas no seu corpo congregado, o único responsável pelo destino desta Instituição.

A Escola de Minas de Ouro Preto pelo seu nome glorioso, pela sua reputação, pelas suas tradições e pelas suas responsabilidades na conjuntura nacional bem merece que todos os seus filhos espirituais adotem o seguinte lema: Servir a ela e não servir-se dela para a satisfação de interesses próprios.

**DISCURSO PRONUNCIADO NA SESSÃO
SOLENE DO DIA 12 DE OUTUBRO DE 1960
COMEMORATIVA DO 84º ANIVERSÁRIO DA
ESCOLA DE MINAS DE OURO PRETO**

Meus Senhores

Eis-me aqui, mais uma vez, com o pensamento concentrado e embevecido como alguém que, se sentindo feliz ou abatido, desorientado ou esperançoso, indeciso ou com a alma transbordante de fé, procura, no recolhimento de uma

nave silenciosa o conforto do espírito nas palavras de uma prece. Essas palavras que murmuram a minha alma numa aleluia indizível, que respondem o meu coração em festa e me afloram à bôca com a suavidade de um madrigal, constituem o poema com que te reverencio, Escola de Minas de Ouro Preto!

Escola de Minas! Entre tantos, que te querem e te exaltam, eu sinto que posso proclamar o teu justo valor, cantar e defender a grandeza do teu nome, confiar no poder das tuas nobres tradições e no teu destino glorioso; porque lá bem no fundo da minha consciência eu te vejo, constantemente, como estrêla de primeira grandeza no fundo obscuro do espaço.

Nunca te renunciei, nem te trairei nunca; porque de teu seio bebi a seiva que se transformou na substância do meu ser intelectual. Entre as mais belas tradições do teu valor e da tua austeridade embebeu-se a minha juventude numa alvorada magnífica de sonhos sob clarinadas de esperanças robustas que afugentaram um destino sombrio que antes me acabrunhava.

Dos primórdios da tua existência a esta maturidade respeitável com que hoje comemoras o teu 84º aniversário, há algumas inflexões na curva que representa a tua evolução, ocasionadas, sem dúvida, pelas profundas transformações que tem sofrido o ensino no país e a falta de visão, dos homens de govêrno, para sentirem e para estimularem as possibilidades do mais perfeito e mais antigo centro universitário do país que é Ouro Preto.

A falta de sólidos conhecimentos da nossa civilização, a ânsia de recuperar longo tempo perdido e a aplicação de métodos educacionais inadequados, têm sido a causa desta balburdia de costumes e de preparo dos homens de amanhã. Não há uma decadência no ensino; o que existe é um

rendimento menor motivado pelo progresso material que mais se preocupa com o conforto que com a disciplina do espírito. No mundo em que vivemos há um excesso de liberdade ou de servilismo que deseduca ou que avilta a espécie humana. Há o predomínio da demagogia e do snobismo que embrutecem os sentimentos artísticos, exaltam as mediocridades e fazem surgir a juventude transviada.

Nunca foi mais oportuno, como nos dias que correm, repetir-se um pensamento de Lúcio dos Santos quando, em ocasião como esta, saudava a nossa Escola em nome da Congregação. Dizia o velho mestre impressionado com as transformações político-sociais que se desenvolviam naquela época: “Ninguém quer se sacrificar por um ideal todos querem ensopar-se em gosos e comodidades. Ninguém quer servir à pátria todos querem dela servir-se”. Vivemos numa época de lutas, de reformas radicais, de maturidade precoce, de um egoísmo que vai banindo, pouco a pouco, o idealismo que alimenta os sonhos de conquista de um bem da coletividade, que enobrece os sentimentos e exalta a espécie humana. Para quem estuda com atenção a história das instituições culturais, como a nossa Escola de Minas, certamente não ficará surpreendido com este acervo de transformações que, hoje, elas nos apresentam. A nossa tão querida Escola de Minas, respeitada por muitos, venerada por todos os seus filhos e resistindo bravamente às aleivosias que sobre ela se desencadearam nestes 84 anos de sua existência, já passou por 4 fases bem características e está prestes a entrar numa quinta fase cujo futuro é uma grande interrogação. É curioso notar-se que essas 4 fases da história da Escola coincidem com os períodos de regimens políticos que têm orientado os destinos do país, de 12 de Outubro de 1876 até nossos dias. Daquela época até hoje o Brasil esteve sob os

regimens monárquico, republicano, ditatorial e neo-democrático. Cada uma dessas modalidades de regime político-social exerceu uma influência decisiva na vida das nossas instituições culturais. Durante o império havia um respeito espontâneo entre os homens de acôrdo com a sua posição hierárquica; respeito que não significava servilismo mas admiração ao valor cultural que, num ambiente de democracia elevada, desconhecia as condições de raça, de côr e de recursos; porque a família imperial representada por esta figura impoluta, extraordinária e sábia de Pedro II era um exemplo constante para todos aquêles que participavam da administração e dos destinos das instituições do país. Durante o regime republicano tivemos uma democracia orientada em que todos, de conformidade com o seu valor e a sua capacidade, podiam participar do govêrno e da administração do país; mas, ainda, como conseqüência do regime anterior, havia respeito e admiração entre os homens segundo as suas posições hierárquicas no cenário político-social do país. De 1930 a 1945 o país caiu no regime ditatorial. A demagogia, a exaltação das mediocridades, os complexos de inferioridade, o domínio pelo servilismo, um clima de desconfianças enfim uma radical transformação nos costumes político-sociais dominaram, infelizmente, o país durante quinze longos anos.

Finalmente, em 1945, volta a nação brasileira a viver no regime constitucional adotando um sistema democrático indisciplinado porque cada um sente e pratica a democracia a seu modo, de acôrdo com a sua cultura, com as suas ambições, o seu espírito de tolerância e o seu caráter. Estamos praticando uma neo-democracia utopista que fortalece entre os homens a desilusão, a ingratiidão e as lutas de classes porque o respeito que deve haver entre os homens de acôrdo com a sua posição e a sua responsabilidade já quase não

existe. Liberdade e licenciosidade hoje são palavras sinônimas. Uma falsa modéstia e o snobismo da simplicidade tornam os homens excessivamente tolerantes; o conceito de igualdade prestigia demasiadamente as classes menos cultas e dos homens ainda não amadurecidos, criando um ambiente propício ao desenvolvimento do comunismo. A imprensa, o rádio e a televisão desfrutam de uma liberdade exagerada. A Constituição garante a cada um o direito de liberdade de pensamentos, mas, a meu ver, é um sofisma imperdoável confundir-se essa liberdade com o direito de mercantilizar as idéias e notícias sensacionais que deseducam, que fomentam a desonestidade e o crime, que exaltam as mediocridades, estimulam as greves e as lutas de classes e quase nada contribuem para o aprimoramento da cultura. A proliferação de jornais, revistas e pasquins, com finalidades quase que exclusivamente comerciais, difundindo sistematicamente escândalos, subornos, clichês que despertam e alimentam os instintos sexuais mórbidos, orientam de modo nefasto a personalidade da juventude e desiludem a mentalidade dos homens amadurecidos, constituindo um meio negativo para a educação do povo. As facilidades de difusão dos conhecimentos, de intercâmbios dos povos e de comunicações das coletividades mostram, claramente, a vertiginosidade do progresso da civilização atual nos campos das ciências e das técnicas enquanto que nos meios artísticos há uma luta tremenda, para superar o classicismo, devido a pobreza de imaginação daqueles que teimam em dar uma nova feição à poesia, à música e à pintura. A cultura tem sido orientada mais visando aos interesses materiais que o aprimoramento do espírito. A objetivação está superando a meditação e por isso a filosofia clássica é considerada obsoleta porque na vida prática o poder material quase sempre vence a lógica. E essa

avalanche de transformações, de novos conceitos na educação da criança, no preparo da juventude e na constituição dos lares brasileiros, abandonando quase que completamente os velhos métodos e costumes que fortaleceram a escola e dignificaram a família, caracterizam bem a geração atual sempre impaciente, descontente, envenenada por idéias exóticas ou por um ceticismo espantoso naqueles que a dirigem.

Se quizerdes avaliar o grau de civilização de um povo buscai os ambientes das escolas e das famílias e nêles encontrareis, sem dúvida, o que êle é narealidade. Se analisarmos a história da Escola de Minas com todo rigor e com tôda imparcialidade veremos que em cada uma das fases, já apontadas, das transformações político-sociais do país que a afetaram, profundamente, ela sempre viveu alguns anos á frente ; daí tôda a fôrça da sua tradição que se alicerça em bases concretas e não num simples sentimentalismo como dizem aqueles que não conhecem bem o que foi e o que fez a nossa Escola. A cada uma das fases da política brasileira temos uma correspondente na nossa Escola. À do império representada por Pedro II corresponde a de Gorceix; à republicana encarnada em Epitácio Pessôa corresponde a de Costa Sena; à ditatorial de Getúlio Vargas a de Gastão Gomes e a neo democracia de Juscelino Kubitschek reflete-se na administração de Salathiel Tôres. Os últimos lustros do govêrno de Pedro II foram assinalados por radicais mudanças nos campos da política e dos costumes sociais. A propaganda abolicionista e a republicana culminaram com a lei áurea de 13 de maio de 1888 e a proclamação da república em 15/11/1889, tendo participado dêsses movimentos um grande filho da Escola de Minas que foi Teófilo Benedito Otoni. Durante êsse tempo a Escola, que foi criada pela execução do § 7º do Art. 16 da Lei nº 2.670 de 20/10/1875 e do decreto nº

60.026 de 6/11/1875, iniciou as suas atividades logo após à sua instalação em 12 de outubro de 1876, com o seu primeiro regulamento, de Novembro de 1875, assinado por José Bento da Cunha e Figueiredo. Esse regulamento provisório sofreu uma série de reformas e a ele seguiram-se os regulamentos de 1883, 1885 e o de 1891 quando Gorceix deixou a Escola e voltou à sua pátria. Durante os 15 anos da administração de Henri Gorceix a Escola cresceu em todos os sentidos: iniciando as suas atividades com 4 alunos matriculados, transferidos da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 14 de Outubro de 1891, quando Gorceix pediu a sua exoneração dos cargos que ocupava, contava com uma matrícula de 100; além da ampliação do Curso, a criação da Congregação dos lentes e novas estruturações no seu currículo, a Escola projetou-se graças ao trabalho incançável do seu primeiro diretor que por meio de discursos, relatórios e manifestos aos poderes públicos conseguiu do governo da província auxílios substanciais que permitiram cumprir os seus dispositivos regulamentares. Assim é que o governo mineiro pelas leis nº 2.741 de 18/12/1889 e nº 3.185 de 13 de Agosto de 1884 ficava autorizada a conceder bôlsas de Cr\$ 60,00 a dois filhos da Província que se matriculassem na Escola de Minas e provassem indigência, aptidão e aplicação aos estudos; e uma subvenção anual de trinta contos de réis para ocorrer a tôdas as despesas inevitáveis e que não podiam ser feitas devido à exigüidade da verba disponível. Esse auxílio inestimável que a Escola recebeu, no momento em que ela mais necessitava, deve-se ao então Presidente da Província Dr. Antônio Gonçalves Chaves que solicitou à Assembléia a lei nº 3.185, de 13 de Agosto de 1884 que permitiu a subvenção requerida. Tal era o prestígio da Escola e de Gorceix que Rui Barbosa, relator da comissão encarregada de estudar a reforma da

instrução pública, proposta pelo Ministro do Império Dr. Carlos Leôncio de Carvalho, assim se expressou em relação à Escola: Existindo em Ouro Preto uma Escola deste nome e desta aplicação, com pessoal idôneo pelos seus conhecimentos práticos, e sendo a Província de Minas a que mais multiplicadas, mais prontas ocasiões depara entre nós, a ciência para êsses estudos, razão é e vantagem para o país organizar-se ali completamente, em melhor pé, a Escola Nacional de Minas, antes que manter sob um ponto de vista puramente teórico, tal qual se acha no Rio de Janeiro, o curso de minas na Escola Politécnica.

Gorceix além de organizar a Escola de Minas de acôrdo com as necessidades da época sugeriu uma série de medidas que, infelizmente, ainda hoje não foram realizadas. Previu a ampliação da Escola e a necessidade de um edificio mais amplo para comportar um maior número de alunos trabalhando em gabinetes e laboratórios indispensáveis ao aprendizado técnico científico. Previu a criação do Curso de Geologia; mostrou a necessidade de bôlsas de estudo para alunos necessitados com aptidões e dedicação aos estudos; manifestou ao govêrno a necessidade de remunerar bem aos professôres corresponde a de retribui-los bem porque do pessoal docente depende o valor da Escola”.

Com a queda da monarquia que muito desgostou a Gorceix, sendo mesmo uma das causas mais importantes que o levou a deixar a Escola, pois êle era um dos maiores admiradores de Pedro II, entrou o país no regime republicano havendo de início, além das agitações inevitáveis a uma mudança de regime, uma série de reformas que afetavam a Escola, como a de Benjamin Costanti.

Quando se estuda, nas suas minúcias, a história da República brasileira exalta-se, com justiça, a figura do

Marechal de Ferro, o govêrno extraordinário de Floriano Peixoto, cognominado o consolidador da República. Na história da Escola de Minas quase sempre fica esquecido o nome de Achias Medrado que podemos cognominar, também, o consolidador da Escola de Minas. Durante a sua administração de 1891 a 1900, o número de alunos matriculados atingiu a uma cifra que somente foi superada mais de 60 anos depois, isto é, em 1957. Durante os 9 anos em que dirigiu a Escola, por tres vêzes sucessivas, ela foi ameaçada de desaparecer. No período de govêrno de Floriano Peixoto o Congresso Federal votou a verba de cem contos para a construção de um novo edificio destinado à Escola de Minas e o Ministro Cassiano do Nascimento por portaria de 11/agosto/1894 determinou o início da construção do edificio em Barbacena, onde chegou a ser empregada quase que tôda a verba. Êsse ato do govêrno transferindo a Escola justamente para um dos lugares condenados por Gorceix, provocou fortes discussões no Congresso tendo-se levantado em campos opostos dois ilustres filhos da Escola: deputados Antônio Olinto e Cupertino de Siqueira. A idéia de transferência da Escola é, pois, bem mais velha que muita gente pensa. No govêrno seguinte, o de Prudente de Moraes, em virtude de uma resolução do próprio Congresso foi a Escola consultada sôbre a conveniência da projetada transferência; a Congregação por 8 votos contra cinco declarou-se contrária à medida em questão, sendo que os votos favoraveis foram todos no sentido de localizar-se em Belo Horizonte a nova sede da Escola. Mais tarde depois da inauguração da nova capital de Minas, o Congresso insistiu mais uma vez na mudança da Escola; mas a comissão encarregada de estudar o assunto foi contrária à idéia sob o fundamento de que o estado financeiro do país não comportava as despesas necessárias a

tal fim. É espantoso, meus senhores, como de longa data vem a incompreensão dos homens com respeito ao que deve ser um centro universitário! Apesar dessas lutas a Escola continuou a prosperar ; e quando se mudou a capital para Belo Horizonte, em 1897, a sede da Escola foi transferida da rua das Mercês para o Palácio dos Governadores, deixado pelo Govêrno do Estado, onde ainda hoje funciona e, Deus louvado, há de funcionar por muitos e muitos anos pelo menos enquanto os homens tiverem juízo suficiente para compreender que o valor, o nome e o progresso da Escola não dependem do seu esqueleto material, de uma séde ampla e moderna, com as linhas arrojadas da arquitetura modernista, mas sim da sua energia vital, da operosidade do seu elemento humano, das características do meio ambiente que para os fins univeristários Ouro Prêto ainda não foi superado; e uma tradição conquistada com lutas, com sacrifícios, com amor e devoção por uma causa nobre não se destrói; pelo menos assim pensam e agem os povos civilizados que conservam Coimbra, Oxford, Sorbone e outros tradicionais institutos da velha Europa.

As tentativas de transferência da Escola e a mudança da sede do Govêrno do Estado para Belo Horizonte influíram profundamente nas matrículas nos anos subsequentes e a curva que caracteriza as matrículas na Escola, desde a sua fundação, passa então por um mínimo quando registra para o ano letivo de 1907 a 1908 apenas 23 alunos matriculados em todos os anos dos seus cursos. Nesta ocasião já era diretor da Escola o Prof. Joaquim Cândido da Costa Sena, essa personalidade brilhante de político, diplomata, cientista e administrador a quem se deve as maiores propagandas da Escola através das representações em exposições internacionais realizadas no estrangeiro e no país. Quando

Costa Sena assumiu a direção da Escola, em 1901, a matrícula que havia atingido a cifra de 172, na administração de Archias Medrado, caiu para 42 e foi, depois decrescendo até atingir o mínimo referido. Graças a uma política administrativa bem orientada e ao grande êxito conseguido nas exposições de 1908 no Rio de Janeiro, na de Bruxelas, em 1910, e principalmente na célebre Exposição de Turim, realizada em 1911, em que o Brasil em relação ao número de expositores (3.344) e de prêmios obtidos (3.182) foi classificado em terceiro lugar, tendo antes de si apenas a Itália e a França, o número de matrículas foi aumentando progressivamente até atingir um novo máximo, em 1918, com 163 alunos freqüentando a Escola.

Em 1930 com a queda do Gôverno de Washington Luiz o Brasil foi sacudido por revoluções e reformas as mais variadas nas suas organizações administrativas e sociais. O ídolo de um povo, que conquistou o poder com uma revolução e rasgou uma carta constitucional em nome de uma democracia, inaugurou a era da demagogia, anulou tudo que a República havia conquistado em 40 anos, permitiu que doutrinas exóticas incompatíveis com a índole e as tradições do povo brasileiro, se desenvolvessem entre nós, cometeu a insensatez de decretar leis demasiadamente avançadas quanto aos direitos e deveres do trabalhador manual e voltando as suas vistas para o ensino fez tantas reformas, assinou tantas leis e decretos, que jamais se viu tanta dificuldade e tamanha deficiência no preparo da juventude. Inaugurou-se uma época de copiar o que se fazia no estrangeiro com a presunção de fazer mais e melhor aquilo que povos mais civilizados e experimentados faziam. Criou-se um Ministério da Educação e Saúde; as universidades sem espírito universitário começaram a surgir com o agrupamento de velhas faculdades,

sujeitas a um regimento geral, desprezando-se outras de gloriosas tradições, como a Escola de Farmácia de Ouro Preto que não desapareceu graças ao heroísmo dos seus professôres. Neste caudal de realizações apressadas, de planos e idéias não amadurecidos, foi levada a nossa Escola. E tôda a experiência, todo o trabalho de 56 anos de lutas foram considerados obsoletos; a Escola tinha que pertencer a uma Universidade criada no Rio de Janeiro, o seu regulamento foi inteiramente modificado, as suas possibilidades diminuídas, a sua autonomia didática e administrativa completamente modificadas. Com a sua integração na Universidade do Brasil com o nome de Escola Nacional de Minas e Metalurgia nada mais restou do que caracterizava a velha Escola de Minas de Ouro Preto quanto à sua regulamentação e o seu próprio nome de combate.

Todo êsse vendaval de inovações não conseguiu, entretanto, abater o ânimo e o entusiasmo dos corpos docente e discente que constituem a alma da velha Casa de Gorceix porque uma tradição augusta, que vinha de um passado não muito longínquo alimentava as esperanças de um dia voltar ao que era antes ampliando-a numa universidade própria, a Universidade de Ouro Preto. Novas tentativas de transferência da Escola para Belo Horizonte, diminuição das verbas, extinção de cargos de funcionários administrativos, de bedéis e de técnicos auxiliares, a impossibilidade de nomeação de assistentes e desinteligências entre membros do corpo docente e o então Diretor, fomentando uma luta no seio da Congregação, levaram a Escola a uma situação tal que houve quem profetisasse o seu desaparecimento. Mas essa força miraculosa, que mais se agiganta nos momentos propícios, a tradição da velha Escola de Minas, animou os seus filhos de boa vontade transformando-os em apóstolos e cruzados de

uma causa nobre, conseguindo-se, assim mais uma vez, evitar a destruição de uma obra imperecível que, sem dúvida, sempre honrou e dignificou o nome do Brasil no concerto das nações civilizadas. Depois de um período de quase dez anos de expectativas, sem decisões enérgicas para a conquista de meios que assegurassem o desenvolvimento da Escola com seu corpo docente diminuindo pouco a pouco, todo o país é despertado por um missionário de novas idéias que com um verbo fluente impressionando o povo com a sua resistência física e a convicção de inaugurar no país uma nova época de realizações compatíveis com as suas esperanças e os seus sonhos de grandeza. E o dinamismo do Presidente Juscelino Kubitshek vencendo dificuldades, transpondo todos os obstáculos que poderiam impedir a concretização das suas metas, agitou todo o país, aumentou a inflação, a produção industrial, a impaciência em todos aqueles que pensam, planejam ou sonham realizar qualquer coisa, enfim, fez surgir uma nova era da democracia que culminou com o fenômeno das eleições de 3 de Outubro próximo passado.

As competições entre russos e americanos na conquista do espaço, a expansão do comunismo visando abater o poderio de velhas nações européias e os sentimentos de democracia dos povos das três Américas, tem mantido o mundo em contínuas agitações explorando as classes menos favorecidas de recursos materiais e intelectuais que sob a legenda de nacionalismo, muitas vêzes pregam, inconscientemente, o credo vermelho.

Hoje em tôdas as parte da Terra o povo vive nessa ânsia incontida de progresso, de conquista de bens materiais, de renovação de tudo aquilo que constitui ou que afeta a sociedade. Entre nós a geração atual, constituída de homens que tiveram a sua juventude influenciada pelas esperanças na

revolução de 1930 e a desilusão na ditadura; e pela mocidade educada num regime excessos de liberdades, de mistificações e quase falência da disciplina doméstica, tem uma responsabilidade tremenda quanto aos destinos do país. E esta responsabilidade pesa mais nos ombros dos professôres porque dêles depende o preparo dos homens de amanhã. Estamos vivendo numa éra que sòmente é grande o país que estiver em condições de poder acompanhar e pôr em prática as conquistas da técnica e das ciências sem se esquecer das qualidades do espírito, da cultura humanística que mais aproxima o homem da natureza e de Deus. Aquêles que se deixa absorver inteiramente pelos problemas e pelos interêsses pelas cousas materiais é menos humano, mais egoista e mais frio diante do sofrimento alheio.

Nesta nova fase político-social em que vive o Brasil tudo passou por renovações, todos se preocupam com as consequências que virão devidas as modificações muito bruscas em todos os setores da comunidade brasileira.

A Escola de Minas também sentiu os efeitos dêsse dinamismo do govêrno de Juscelino Kubitschek e nos quatro anos de administração de Salathiel Tôrres podemos dizer que a velha Casa de Gorceix conseguiu realizar uma obra correspondente a quarenta anos. Nesta administração conseguiu-se pôr em funcionamento efetivo o Parque Metalúrgico Augusto Barbosa, criaram-se os Cursos de Metalurgia de Engenharia Mineral, de Geologia e o Instituto de Mineração e Metalurgia; tratou-se da autonomia da Escola com o seu desligamento da Universidade do Brasil, ampliou-se a Escola com novas instalações e novo equipamento, atingindo a matrícula em todos os Cursos a quase quatrocentos alunos.

Eu sempre fui contrário à idéia de aproveitar-se momentos como este para tratar dos problemas domésticos da nossa Escola. Entretanto, ultimamente, entre os ex-alunos e os próprios alunos, talvez devido a essa impaciência própria da época e do regime em que vivemos, tem havido, constantemente, comentários e reclamações quanto a um fictício atraso da nossa Escola em relação aos outros Institutos congêneres do país. Admiram-se muitos que a Escola não se tem feito representar pelos seus professores em Congressos realizados no país e no estrangeiro, que os seus professores não têm se dedicado a pesquisas, que os seus cursos falham por não abordar esse ou aquele capítulo de determinadas disciplinas de grande interesse à engenharia civil, à metalurgia ou à engenharia mineral. Apontam Escolas de outras Universidades conseguindo construir sedes novas com todos os requisitos da técnica moderna, adquirindo equipamentos e desfrutando de verbas polpudas enquanto que a nossa Escola, como filha expúria da Universidade do Brasil, vive numa apatia deslustrando uma tradição que é muito cara a todos. Enganam-se esses observadores apressados nas suas conclusões que sem um conhecimento perfeito do que é a Escola nos dias que correm cometem, consciente ou inconscientemente, uma injustiça muito grande à administração da Escola e ao seu corpo de professores.

Nós os professores que aqui vivemos, inteiramente dedicados à Escola, desafiamos que haja alguém que mais possa fazer em benefício dela do que nós mesmos.

É preciso observar, observar antes de emitir-se qualquer opinião sobre a Escola e seu corpo congregado, que não se encontra no Brasil, não existe no mundo, nenhuma outra Escola de Engenharia, nenhum Instituto Universitário em que uma cadeira tenha apenas um professor, o seu

catedrático, para tratar e responsabilizar-se de todos os trabalhos didáticos. Eu conheço Escolas, meus senhores, de Universidades brasileiras cujas cadeiras do seu currículo são regidas por um catedrático, vários assistentes e monitores e os trabalhos práticos não se realizam por falta de aparelhamento, coleções ou oportunidades devido a turmas numerosas. Eu conheço meus senhores, professores catedráticos de universidades brasileiras que dão apenas duas aulas teóricas durante um ano letivo, que se dedicam a pesquisas e os resultados dos seus trabalhos científicos não aparecem nos anais ou publicações universitárias. Por que então, esta crítica injusta, essa recriminação a homens que levados por um ideal, sacrificados pela incompreensão do govêrno, conscientes das responsabilidades de uma tradição gloriosa, sacrificam-se, sacrificam a própria família para honrar e cumprir o juramento solene que fizeram no ato de sua posse como professor catedrático?

Então a Escola não tem cumprido, apesar de tôdas as vicissitudes experimentadas, o seu dever e o seu destino perante a coletividade brasileira?

Por que, então, as grandes indústrias mineiro metalúrgicas do país confiam a engenheiros diplomados pela nossa Escola os cargos de maiores responsabilidades, os seus postos chaves? Por que em todos os empreendimentos de grande envergadura no país sempre se encontra pelo menos um representante da Escola de Minas à frente? Há alguma Escola Superior no país que, em relação ao número de seus alunos diplomados, tenha contribuído mais para os altos postos da administração do povo brasileiro?

A Escola de Minas até hoje ainda não diplomou oitocentos engenheiros e no entanto já teve um presidente da Câmara dos Deputados, já teve cinco governadores de Estado

(4 de Minas Gerais e 1 do Estado de Sergipe o meu ilustre e caro colega de turma, de república e de quarto, o Dr. José Rollemberg Leite), 2 vice-governadores, 4 Ministros de Estados, dentre eles o grande Pandiá Calógeras s que foi o único Ministro Civil da pasta da guerra no regime republicano; 9 Secretários de Estado dos quais se destaca o grande Clodomiro de Oliveira que com sua visão altamente patriótica impediu que hoje o Brasil estivesse recebendo apenas Cr\$0,30 por tonelada de minério de ferro exportada, tal como estipulava o contrato da Itabira Iron ; 12 deputados federais, 3 Senadores da República, 7 Prefeitos de capitais e diversos outros cargos de chefia e de destaque na administração pública, conquistados pelo valor pessoal de cada um. Entre os ex-alunos e professôres da nossa Escola, há muita gente bem intencionada que critica o currículo clássico pelo qual são diplomados os engenheiros de minas e civís e que fomenta a criação de cursos especializados, propondo o desaparecimento do velho curso feito em 6 anos julgando-o incompatível com as necessidades do país. Não sou contra a criação de cursos especializados, de pós-graduação ou de doutoramento; não sou contra a qualquer iniciativa que venha prestigiar e engrandecer a nossa Escola. O que combato, e do alto desta tribuna, num momento solêne como êste, elevo a minha voz com energia e convicção em defesa das minhas idéias, é o modo de encarar os problemas da Escola: relegando o passado tão cheio de ensinamentos e se apoiando nas probabilidades de um futuro incerto. Ninguém concretiza realizações futuras sem dados precisos fornecidos pela prática da vida e apoiados apenas em convicções de necessidades futuras indicadas por dados estatísticos. Já dizia Lineu que *Natura non facit in saltus*. Êste aforismo aplicado perfeitamente às coisas da Natureza também se aplica a tudo

que o homem cria ou idealiza criar. Êste velho currículo, tão enciclopédico no dizer de uns, tão cheio de falhas e defeitos no dizer de outros e tão defasado do ritmo da técnica moderna segundo a maioria daqueles que tratam dêsse assunto, constitui ainda, apesar de tudo, o que há de mais seguro, de mais lógico e de mais eficiente para o preparo dos engenheiros e técnicos que necessita o país. Um curso especializado, meus senhores, não fabrica especialistas; apenas fornece conhecimentos que poderão diminuir o tempo de estágio de especialização na vida prática. A eficiência em qualquer ramo da engenharia depende de conhecimentos seguros das ciências fundamentais: da Matemática, da Física, da Química, da Biologia e até mesmo da Psicologia. Ê preciso compreender bem a grande diferença que existe entre um engenheiro e um técnico. A França e os Estados Unidos da América do Norte nos fornecem exemplos magníficos que merecem meditados.

Nos meios técnicos e no âmbito do magistério é moda, nos dias que correm, falar-se em pesquisas e especializações. Há muita gente que diz com ênfase que o professor que não pratica a pesquisa não é um professor universitário, mas geralmente, aquêles que mais pregam a pesquisa confundem-se com experimentação; confundem as finalidades das Escolas com as dos Institutos; não sabem que os dons de ensinar e de pesquisar são qualidades diferentes e que, normalmente, não são encontrados numa mesma pessoa. Não quero e nem devo, neste momento, analisar nas suas minúcias êsse problema, o que vos posso dizer é que na Escola de Minas desde os seus primórdios até hoje, muitos professôres, apesar da sobrecarga de trabalhos escolares, com mais de vinte horas por semana, têm produzido trabalhos de pesquisa, têm escrito livros e apostilas atualizando o curso que professam. O govêno

entretanto, não tem reconhecido a dedicação, o esforço e as responsabilidades de um professor catedrático que vive, luta e se dedica inteiramente à sua cátedra. A remuneração de um professor da Escola de Minas, sem qualquer auxiliar, salvo raras exceções e, paradoxalmente, para aqueles que têm melhores ordenados e menor número de aulas por semana, é inferior ao de qualquer cargo inicial oferecido pelas indústrias. Mesmo assim, acumulando trabalhos e responsabilidades para poder ganhar um mínimo indispensável ao conforto e deveres de encargo de família, a cátedra para muitos é um ideal intangível. A classe dos professores sofre as conseqüências do prestígio dos homens de dinheiro e das regalias das massas porque ela com as responsabilidades que tem com a sociedade não dispõe de meios e de amparo para manter uma vida digna da posição que ocupa no seio da coletividade. É preciso notar bem que me refiro aos professores que vivem e trabalham exclusivamente para servir às Universidades e não se servirem delas pelo cargo que ocupam para obterem melhores rendimentos na vida profissional que também praticam.

Dois exemplos poderei dar, além do testemunho insofismável dos Anais, que atestam a operosidade da nossa Escola, para mostrar que ao contrário do que pensam ela não está dormindo sobre os loiros conquistados, sonhando apenas com as gloriosas e nobres tradições que nos foram legadas.

Em 1954 quando foi realizado em Paris o 8º Congresso Internacional de Botânica, fui convidado como professor da Escola para participar desse Congresso. Aproveitando o ensejo condensei em uma tese intitulada *Pteridophytes de Ouro Preto, observações e estudos de mais de dez anos de trabalho no vasto campo das Filicíneas*, redigí essa tese no idioma frances e apelei para a Congregação para

que me desse meios materiais a fim comparecer àquêlê Congresso e defender a minha tése que versava sôbre novo conceito na classificação dos fêtos. Fui atendido pelos meus nobres colegas, a Reitoria da Universidade aplaudiu a idéia chegando mesmo a pedir-me que representasse naquêlê Congresso não só a Escola mas também a Universidade. Para não ser prolixo, meus senhores, concluo em poucas palavras tôda essa história que é muito comprida: a minha tése foi à França mas o seu autor não conseguiu meios para ir à Europa porque a Universidade não podia dispender mais de Cr\$ 25.000,00 para custeio da viagem, estada e representações em Paris. No entanto, na mesma época realizava-se na Suíça um campeonato mundial de futebol e muito dinheiro público foi gasto para que o Brasil defendesse o prestígio dos pés dos seus desportistas. Não me desiludí por completo, nem abandonei as pesquisas que vinha fazendo por causa de duas características que tenho – não sei se são boas ou más – esquecer as decepções e insucessos da vida e ser teimoso naquilo que penso e quero.

Nesta passagem da minha vida de professor, nesse pequeno detalhe da história da nossa Escola, há um fato à margem que muito me orgulha citá-lo neste momento e que vem mostrar o altruismo dos ex-alunos desta Casa. Sabedores do que se passava com respeito à minha fracassada viagem a Paris fui procurado por um ex-aluno que com a sua franqueza e a sua sincera amizade ao velho professor assim me disse: “Professor faça o seu orçamento, veja o que falta que nós os seus ex-alunos completaremos o que fôr necessário. O Sr. irá à França de qualquer modo”. Essa oferta expontânea me comoveu, mas meditando bem, talvez influenciado pelo orgulho de sentir que a minha querida Escola para fazer o que antes fazia tinha que apelar indiretamente para os seus filhos,

tive vergonha de levar ao conhecimento de meu ex-aluno que dispunha apenas de um quarto do necessário para aquela viagem. Mesmo assim mais uma vez, e agora de público, agradeço profundamente a êsse ex-aluno por aquêlê gesto tão nobre que muito me comoveu e que jamais esquecerei. A minha tése não foi discutida porque o autor não havia comparecido. Tempos depois o mesmo ponto de vista, a mesma classificação proposta aparecia na nova edição de Engler & Gilg e mais recentemente num livro escrito em inglês de autoria de um botânico suéco. Fato semelhante se deu com a minha tése de Concurso em 1941 reproduzido o mesmo assunto em uma revista americana, em 1947, como um novo método para a pesquisa em jazidas minerais.

Mais recentemente, há cêrca de dois meses atrás um ex-aluno da última turma de engenheiros conquista na School of Mines do Colorado nos Estados Unidos o primeiro lugar num curso de matemática superior tendo como concorrentes colegas diplomados por grandes Universidades Americanas como a célebre Universidade de Princetow e professores catedráticos da Universidade do Cairo. Essa conquista do Engenheiro Fabiano Expedito de Negreiros Sayão Lobato impressionou de tal modo o professor Frederick Carpenter que, recentemente, o Prof. Altamiro Tibiriçá dêle recebeu uma longa carta pedindo seus trabalhos e elogiando o curso que professa na nossa Escola.

Justamente há um ano, nesta mesma sala, sob a emoção justa e eloqüente de quem vive de novo um passado que já vai bem longe, do alto desta tribuna numa belíssima oração de amor à velha Escola, de confiança no seu destino e de sincero reconhecimento ao seu valor e à sua tradição, Amaro Lanari lançou a idéia da Fundação Gorceix para auxiliar a Escola a preparar mais técnicos e mais engenheiros

para o Brasil. A idéia de Amaro Lanari foi acolhida com entusiasmo; a semente lançada germinou; e, hoje, em pleno funcionamento como entidade jurídica de direito privado e de utilidade pública já dispõe de recursos suficientes para resolver os grandes problemas da Escola de conformidade com o que dispõem os itens dos artigos 2º e 3º dos seus Estatutos.

Apesar de ser professor catedrático da Escola, de ser parte interessada nas realizações que pretende fazer a Fundação Gorceix, porque como ela muito me interessa pela Escola, não sei o que tem sido feito, quais as providências já tomadas para a solução dos dois maiores problemas que a Escola por si só não consegue resolver e de cuja solução dependem, insofismavelmente, o seu progresso e a sua vida, bem como a concretização das finalidades da Fundação Gorceix. Êsses problemas são: alojamento de alunos, professores e funcionários e uma verba disponível capaz de suplementar aquela que o governo destina ao pagamento de professores e assistentes. É preciso que todos saibam que tudo o que a administração e a Congregação da Escola devem e podem fazer em seu benefício, para o seu progresso e a sua atualização, tem sido feito; e é oportuno ressaltar o grande apôio, a grande boa vontade e a dedicação extraordinária que temos encontrado no Ministro Clóvis Salgado a quem a Escola muito deve pelo que dêle já recebeu. Sem receio de ser injusto posso dizer que nenhum Ministro de Estado, até hoje, já beneficiou a Escola mais que Clóvis Salgado, procurando elevá-la e atender os seus justos ansêios. Muita gente pensa e muitos ex-alunos acreditam que a Escola, com a Fundação Gorceix, já se transformou, de um ano para outro, de prima pobre em prima rica. A direção da Escola não pode dispor da verba que possui a Fundação Gorceix; não basta pedir para

que se obtenha; o planejamento está sendo estudado e parece-me que é mais amplo do que na realidade necessitamos. Cogitam-se de planos de urbanização, de novas construções para a Escola e para o Instituto de Mineração e Metalurgia, planejam-se cursos de doutorado, instala-se luxuosamente a sede da Fundação com um corpo de funcionários bem pago, e, enquanto isto, a Escola não tem meios e nem sabe como poder preencher as lacunas do seu corpo docente porque com os ordenados oferecidos pelos poderes públicos, que são os vencimentos de professores, não se encontra quem queira vir lecionar na Escola de Minas de Ouro Preto por maiores que sejam as honorarias que o cargo possa oferecer.

O Diretor da Escola e uma comissão de professores já fizeram como que uma via sacra por esse Brasil a fora pedindo aos ex-alunos especializados em vários campos da metalurgia, da geologia e da mineração que viessem ajudar a Escola aceitando um cargo de professor ou de assistente e a resposta tem sido sempre a mesma, diretamente ou por telegrama: um agradecimento muito lisonjeiro pela honra e distinção do convite mas a impossibilidade de aceitá-lo por motivos vários que na realidade resumem uma recusa de ordem financeira. Não condeno o gesto e as atitudes desses colegas porque é lógico e humano que ninguém, por mais idealista que seja, deve abandonar um emprêgo que lhe rende 50, 60 e até mais de 100.000 cruzeiros mensais para vir viver em Ouro Preto com o ordenado de 22.100 que é o de catedrático. É bem verdade que no Instituto de Mineração e Metalurgia o ordenado de um pesquisador com regime de full time é de Cr\$50.000,00, mas, nem esse desperta interêsse a maioria daqueles que têm sido procurados. As indústrias mineiro metalúrgicas que tanto necessitam de engenheiros diplomados na nossa Escola têm sido a nossa maior

concorrente entre os engenheiros recém diplomados. A própria empresa do Saramenha que antes permitia aos seus engenheiros lecionar na Escola em regime de tempo parcial hoje não mais permite esse intercâmbio e até contribuiu para que se afastasse definitivamente do nosso corpo docente um dos seus mais ilustres elementos.

Hoje estamos todos reunidos festejando o aniversário da nossa Escola. Todos a querem muito, todos se interessam pelo seu progresso e sonham com um futuro brilhante para ela. Amanhã cada um voltará para o seu trabalho, para cumprir a sua missão satisfeito e reconfortado por ter homenageado a sua Escola e vivido de novo, em Ouro Preto, o seu tempo de estudante. Nós os professores aqui ficamos com as mesmas preocupações de ontem, lembrando as críticas e conselhos ouvidos de cada um, sentindo o que a Escola necessita sem forças nem meios para resolver os seus problemas capitais.

E o que apenas necessita a nossa Escola, nobres filhos da Casa de Gorceix, é completar o seu corpo docente, é contratar ou nomear assistentes, é providenciar alojamentos para alunos e professores, é construir novas dependências para o Departamento de Geologia conforme a planta já apresentada ao Conselho Diretor da Fundação Gorceix. A velha casa que nos abriga há 63 anos com as adaptações e reformas feitas poderá comportar o duplo da matrícula atual; o aparelhamento que dispomos e os novos laboratórios construídos poderão ser aplicados a trabalhos de pesquisas com grande proveito, segundo a opinião de especialistas que convidamos para nos orientar no que se pensa fazer para o futuro. Deixemos de lado, por enquanto, os planos grandiosos e atendamos à realidade das nossas necessidades. Se o Instituto de Mineração e Metalurgia pode pagar grandes salários a

professôres estrangeiros que se pague menos, porém bem mais do que se oferece, aos brasileiros que também tiveram cursos especializados na França e nos Estados Unidos e teremos os problemas que nos afligem completamente resolvidos. O que não é justo e desestimula é ver dentro da nossa Escola um professor catedrático por concurso, com grande tempo de prática e dedicação à disciplina que leciona receber um ordenado, pelo trabalho prestado, muitas vêzes inferior ao de um professor estrangeiro que, nem por isso, tem maiores deveres e responsabilidades que nós outros.

Eis, meus senhores, um esbôço, na sua realidade absoluta, do que é a nossa Escola nos dias que correm. Perdoem-me se com a minha sinceridade eu cometi a indelicadeza de desvirtuar e empanar as festividades com que celebramos o aniversário da nossa Escola. Agi desta maneira porque, do mesmo modo que Rui Barbosa apelou ao Brasil para que se acudisse Ouro Preto, num magistral discurso proferido no Teatro Municipal desta cidade, inspirando-me nos pensamentos do Águia de Haia eu também quis te dizer, ó meu Brasil: Como seria grato e bom acudir a Escola de Minas! Não seria possível deixares expirar assim uma Escola, carne da tua carne, fôrça da tua fôrça e glória da tua glória. Por que não fazeres dela a tua oficina intelectual, a tua Coimbra, a tua Escola idela, o horto do teu porvir?

O DIRETÓRIO ACADÊMICO E A REFORMA DE NOSSA ESCOLA

Marcelo Guimarães de Mello – Presidente do
D.A.E.M (1961)

Colegas da EMOP: O Diretório Acadêmico vê, com os maiores desejos de sucesso, os esforços que vem tentando a direção da Escola para a sua reformulação. Vê também com grande preocupação que nossas responsabilidades foram dobradas pela nova estrutura esboçada. Um prédio novo para a Escola deve ser feito, os cursos devem ser reestruturados, o Regimento Interno deve ser adaptado aos métodos modernos de ensino.

Nossa parcela na consecução desses objetivos é grande e devemos nos preparar para ela. Nosso desejo é formar um todo, juntamente com os mestres, funcionários e ex-alunos, mas é nosso dever também participar da promoção desse todo. É nosso dever ajudar na administração da coisa pública da qual nos beneficiamos como privilegiados que somos. Sentimo-nos agora no direito de opinar quanto ao preenchimento dos quadros didáticos da Escola. É nossa obrigação velar-mos pela administração e utilização do parque metalúrgico. O aparelhamento da Escola deve agora ser de fato utilizado para o aprendizado.

É também nosso dever lutarmos por vencimentos condígnos dos mestres que dedicam sua vida à educação. Devemos agora, mais que nunca, dialogar com esses mestres. Ainda mais, devemos estar prontos para o trabalho e o estudo pois só assim seremos colocados nas posições a que temos direito.

O Diretório tem feito tudo que pode dentro de suas limitações; as nossas entidades associadas estão em franco progresso. O Centro Acadêmico dá novo aspecto à nossa vida social, a SICEG continua seu trabalho, o centro de estudos está colocando suas bases.

REFORMAS DE BASE NA ESCOLA DE MINAS DE OURO PRETO

Oswaldo de Magalhães Dias – Prof. da EMOP (1961)

Com o objetivo de definir a idéia, de cunho meramente pessoal, darei o seguinte esclarecimento:

Reforma de base, ou Reforma de Diretrizes Básicas, que norteiam os Trabalhos nesta Augusta Casa de Gorceix.

Poderíamos sugerir algumas diretrizes básicas da nova Organização Escolar:

I) DE ORDEM DIDÁTICA, definição de princípios:

1º) O dever do Professor é Ensinar, e ensinar bem, estimulando os alunos e aproveitar a oportunidade de aprender, por meio de preleções e trabalhos bem orientados;

2º) O dever dos alunos é assistir às preleções e executar os trabalhos, estudar metódicamente, manusear os livros, com dedicação e afinco;

3º) Tôda disciplina se subdivide em uma parte teórica e uma parte prática ou de aplicação:

Constitue um dever do Professor ministrar ao discípulo conhecimentos Teóricos e Práticos, indispensáveis ao exercício profissional;

4º) O Professor deve dar um bom exemplo de cumprimento de dever, afim de grangear a simpatia e o respeito por parte de seus discípulos;

5º) O Professor deve ser cortês, equânime e justo, afim de inspirar simpatia, afeto e estima a seus discípulos;

6º) O Professor deve demonstrar interêsse pessoal pelo aproveitamento de cada um de seus alunos, afim de melhorar o rendimento de uma turma;

7º) O Professor deve preocupar-se com a modernização de seu curso, seguindo a evolução da Ciência e da Técnica.

II) DE ORDEM ADMINISTRATIVA:

1º) Todo Professor deve adaptar suas atividades extracurriculares, fora do ENSINO, ao horário de trabalho da EMOP, e não o contrário, como soe acontecer;

2º) Para melhor rendimento didático e econômico, os atuais cursos de Engenharia poderão ser ministrados em dois ciclos:

a) “CURSO BÁSICO E FUNDAMENTAL DE ENGENHARIA”, com a duração de três anos, e igual para todos os cursos;

b) “CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO” com a duração de dois a três anos.

3º) Os trabalhos escolares da EMOP, até que se disponha de novas instalações, poderão desenvolver-se, harmoniosamente e eficientemente, em dois TURNOS FIXOS, assim discriminados:

a) Horário de 6 às 12 horas: Curso Básico e Fundamental;

b) Horário de 12 às 18 horas: Cursos de Especialização.

Nota: O povo brasileiro paga um preço muito elevado para cada engenheiro graduado na EMOP! Êste povo merece ser melhor recompensado, com a formação de profissionais de qualidade superior, capazes de influir decisivamente no desenvolvimento do País! Cumpre criar uma sã mentalidade de ordem e cumprimento do dever.

Ouro Preto, 22 de Novembro de 1961.

PROFESSOR OSWALDO DE MAGALHÃES DIAS

**ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS: UNIVERSITÁRIOS,
OPERÁRIOS E LAVRADORES PARA, JUNTOS,
CONSTRUÍREM O BRASIL DE AMANHÃ**

José Paulo Vasconcelos Gomes – Pelo D.A.E.M. (1961)

Tendo em vista a atual situação nacional, em que a maioria dos brasileiros é analfabeto, o Diretório Acadêmico da Escola de Minas lançou a idéia de se fazer um movimento para combater esse analfabetismo, integrando-se assim na Campanha Universitária de Alfabetização.

No Brasil torna-se imperiosa a realização deste movimento, pois a situação criada pelo analfabetismo tende a se agravar cada vez mais.

As famílias de posses têm o seu número de membros pequeno, enquanto as desprovidas de recursos são, geralmente, numerosas quanto a seus membros.

As primeiras dispõem de tôdas as facilidades para mandar seus filhos à escola. As segundas, muito mal assalariadas, para subsistirem, têm necessidade de ter todos os seus membros trabalhando o dia inteiro para auxiliarem na manutenção da família. Não podem pois enviar seus filhos às escolas conquanto lhes faltem tempo e meios. Além disso, seu baixo nível de vida não desperta nêles a necessidade de se instruírem por se acharem dependendo de pessoas que só se interessam por seu trabalho e que não lhes proporcionam nenhum meio de progredir. Isto dá origem ao grande número de analfabetos conhecido hoje em dia.

O D.A., analisando a situação do município de Ouro Preto, verificou o seguinte índice de analfabetismo:

Zona urbana – 40%

Município – 60%

Êstes números são bem esclarecedores, considerando-se que Ouro Preto é uma rica região de mineração e está sòmente a 100 Km da capital do Estado.

Foi então constituída uma comissão encarregada de coordenar e concretizar um movimento, de âmbito geral, visando erradicar, com a máxima urgência e mínimo dispêndio para os cofres públicos, o analfabetismo dessa região.

OBJETIVOS:

1. Mostrar ao povo a necessidade que tem de se instruir e as vantagens que isto lhes traz.

Fazer sentir a necessidade de ser útil à sociedade à que pertence, conhecer seus direitos e obrigações, suas liberdades fundamentais e saber como defendê-las.

2- Melhorar suas condições de higiene e saúde

Frizar a necessidade de higiene para a preservação da saúde, acentuando a importância e valor da mesma, pois é sabido que sem saúde o homem não pode produzir, nem ser útil e realmente não vive. Essa prática higiênica será completada com assistência médica, quando necessária, doação de remédios, alimentos, roupas, etc.

3- Formação moral e espiritual.

Mostrar sua função nesta vida como homem e seus deveres perante a família, sociedade e pátria.

4- Sindicalismo

Fazer ver a importância da função do sindicato, a vantagem e a necessidade de ser membro dele, para ter seus direitos assegurados contra ações nocivas aos mesmos. Mostrar que o sindicato é o defensor de seus interesses na luta contra a opressão e a injustiça social, provocada por grupos econômicos; que o sindicato existe para mantê-los unidos, pois é a união que faz a força ; que o sindicato, quando bem governado, é capaz de grandes empreendimentos e decisões.

5- Assistência eleitoral.

Mostrar sua responsabilidade de eleitor, a importância do título, as facilidades que lhe proporcionam, na procura de novo emprego e as perturbações que sua ausência acarreta. Fazer com que participe da política nacional e que se interesse por ela.

6. Elevar o nível de vida.

Este item é uma consequência imediata dos anteriores, devendo ressaltar, porém, que este é o principal objetivo do movimento.

PLANIFICAÇÃO

1. Procurando, desde o início, dar o cunho popular que deve caracterizar esse movimento, para que não se tornasse paternalista, lançamos manifestos esclarecendo ao povo a respeito do que pretendíamos fazer. Tivemos a pronta colaboração das autoridades do ensino primário que

colocaram à nossa disposição salas e material didático dos grupos. Os sindicatos comprometeram-se em dar divulgação ao movimento e fazer as matrículas dos interessados. A Secretaria de Educação apoiou e se dispôs a fornecer cartilhas, diretrizes pedagógicas e didáticas.

Os folhetos contêm apêlos à população esclarecida, para que dê incentivo, apoio, cobertura e sugestões para o êxito do mesmo.

Para angariar fundos monetários promovemos espetáculos públicos (cinema, teatro, bailes, etc.) e solicitaremos a cooperação de instituições de classe.

2- O analfabeto será instruído sôbre aquilo que entende, que o interessa e que pode utilizar, caso contrário nossos esforços serão inúteis, porque em pouco tempo esquecerá o aprendido por não ter tido oportunidade de aplicar os conhecimentos adquiridos.

As normas higiênicas e assistência médica ficarão aos cuidados da equipe da Escola de Farmácia de Ouro Preto, pois êste é o ramo daquêles alunos. A equipe de Farmácia fornecerá remédios (amostras grátis) aos necessitados e lhes abrirá seus laboratórios.

Para promover uma cultura geral e mesmo para atraí-los à escola, haverá projeções cinematográficas, festas e palestras relacionadas nos seus problemas.

CONCLUSÃO

Êste movimento não atinge sômente os analfabetos, atinge também os já alfabetizados porque êstes, como membros de uma sociedade cristã têm a obrigação de ensinar seu irmão a ler e escrever.

A erradicação do analfabetismo é uma necessidade nacional e, por isso, deve se estender a todos os lugares onde haja Universidades, as quais têm de trabalhar na solução deste problema, porque somos privilegiados e devemos retribuir ao povo o que deles recebemos.

O que merece destaque neste movimento é a politização do meio estudantil, tirando os colegas daquela monotonia e indiferença com que freqüentam a Universidade sem se interessar pelos problemas que o cercam.

Aqueles que se interessam por este trabalho são assim levados a um contato com o povo, tendo oportunidade de conhecer seus problemas e dificuldades.

Estamos certos de que este contato virá trazer a nossos colegas universitários uma dimensão nova de seus deveres sociais. Estes não serão de forma nenhuma os magnatas, donos do poder econômico e compradores de trabalho, serão sim, uma força viva e atuantes em prol da promoção operária e camponesa, o que representa no Brasil, a promoção de nosso povo.

Assim, unindo as forças mais importantes do Brasil e Mundo atuais, estudantes, operários e camponeses, estaremos colaborando para que nosso país supere o sub-desenvolvimento e adquira sua independência econômica, financeira e social.

CONSTRUÇÕES NOVAS PARA NOVA ESCOLA³

Joaquim Maia

Iniciam-se as construções para um novo centro escolar e de pesquisas no Morro do Cruzeiro. Possivelmente sem solenidade ou tradicional lançamento de pedras fundamentais. Porque, em verdade, estas já foram lançadas há mais de um lustro, em forma de um ideal que cresceu e floresce. Novas construções para a “velha” Escola não são apenas necessidade física. São um imperativo de motivação, um estímulo, a evolução para uma “nova Escola”. Viva e atuante, adaptada ao dinamismo das concepções e dos progressos técnicos e científicos dos dias atuais, na dignificante tradição da primazia e liderança.

Salathiel Tôrres, o grande artífice da autonomia escolar e de sua reestruturação didática e administrativa, observou que o antigo Palácio dos Governadores, tradicional sede da Escola, tornara-se insuficiente para atender à sua expansão, à implantação de seus cursos, número de alunos, gabinetes de trabalho e de pesquisas, etc. Os inúmeros e sucessivos acréscimos construtivos que sofrera haviam atingido um ponto de saturação. Saturação tão mais lamentável quando não se atingira ainda um razoável índice de satisfação às suas necessidades imediatas, a um mínimo de conforto atrativo de atividades docentes, discentes e de pesquisa. Não era apenas um óbice mas um desalento. Uma imposição de estagnação física e mental.

Nessa mesma ocasião, instituiu-se a Fundação Gorceix, pela concepção e trabalho de Amaro Lanari. Considerando sagrado e intocável o que existe em Ouro Preto,

³ Retirado da Revista da Escola de Minas (REM), de 1965.

“isto, entretanto, não significa que a cidade, preservado o monumento nacional, não possa crescer e abrigar, condignamente, os mestres e estudante de minas”. Dizendo que “o aumento da capacidade da Escola e do equipamento de gabinetes, laboratórios, etc., é lá com o governo, que se deve dispor a estabelecer metas de largo alcance, em matéria de educação”, sugeria uma fração de cidade universitária, criada e mantida por uma fundação – com prédios modernizados – e criação de um Instituto de Tecnologia e Pesquisas aplicadas às especialidades escolares. Visando à construção de alojamentos para alunos, professores e pessoal administrativo da Escola de Minas e dentro das possibilidades financeiras dos compromissos de doações então firmados, a Fundação reservou duzentos milhões de cruzeiros para tais obras, realizáveis até junho de 1963. Como tais construções deveriam constituir uma vila própria, integrada com as novas instalações destinadas à Escola de Minas, abrangendo salas de aulas, gabinetes de trabalho e de pesquisas, centros culturais, recreativos e esportivos, restaurantes, etc., custeadas com verbas escolares, as providências preliminares, referentes a seleção de áreas, levantamentos topográficos, coleta de elementos, etc., demandaram bastante tempo. Êsses trabalhos iniciais foram graciosamente e gentilmente supervisionados pelo urbanista Lúcio Costa.

Desde então se frisava que a sede administrativa escolar assim como alguns serviços ou mesmo cursos **seriam mantidos no velho Palácio dos Governadores** “definitivamente integrado na história e nas mais caras e arraigadas tradições da vetusta Escola de Minas de Ouro Preto. Êle é parte essencial do seu passado, materialização de tradições nobilitantes, fontes inspiradora e impulsionadora da

dinâmica de sua evolução, para preservação do seu alto padrão escolar e para sua correspondente projeção no futuro”.

Histórico

Em outubro de 1960, Lúcio Costa escolheu terrenos próximo ao Km 95 da estrada de rodagem Belo Horizonte-Ouro Preto, em substituição aos primitivamente cogitados no Morro do Cruzeiro e que a Alumínio Minas Gerais se prontificara a ceder. Vários fatores atrasaram o levantamento topográfico do local selecionado. Viagem e afazeres do Prof. Lúcio Costa levaram-no a indicar o arquiteto Sérgio Bernardes para planejar a obra.

Vindo a Ouro Preto, em junho de 1961, Sérgio Bernardes optou pelo primitivo terreno do Morro do Cruzeiro e, agindo com grande rapidez, apresentou estudos preliminares, ante-projeto, “maquete” e memória justificativa em 8 de julho de 1961, por ocasião das festas comemorativas do 250º aniversário da elevação de Ouro Preto a cidade. O notável projeto foi publicado no nº 25 da revista “Módulo”. Abrangia urbanização de área de 500.000 m² e construções de 106.566 m², planejada para cerca de 1.000 alunos e 200 professores, a serem realizadas por etapas. O orçamento global ultrapassava 1,2 bilhões de cruzeiros.

O projeto global foi aprovado pela Escola de Minas, mas, infelizmente, estendia-se por área muito superior à que Alumínio Minas Gerais se prontificara a ceder e invadia terrenos sobrejacentes à sua jazida de bauxita. Após entendimentos, a companhia aceitou, gentilmente, em pagar, juntamente com a Escola de Minas, estudos para a prévia extração e remoção dessa bauxita. O trabalho, muito minucioso, foi realizado pela empresa “Serviços Técnicos de

Mineração S.A.” e apresentado em maio de 1962. Considerados preços da época, sem reajustes inflacionários ou cambiais, as operações implicariam despesas de cinquenta e oito a cento e quatro milhões de cruzeiros e demandariam prazo superior a ano e meio. A conclusão expressa era de que “financeiramente”, isto não constitui uma perspectiva atrante”.

Entretanto, desde janeiro de 1962, o Exército cogitava de transferir uma sua unidade, sediada em terreno contíguo àquele, para Lafaiete ou Belo Horizonte e aventou a idéia de transferir as instalações locais – com área edificada de 8.640 m² – para a Escola de Minas ou Escola Técnica de Mineração e Metalurgia, mediante uma indenização de cerca de quarenta e seis milhões de cruzeiros, para construção do novo quartel, assegurada pela Fundação Gorceix. Verificado que as instalações locais, mediante rápida adaptação, possibilitariam a duplicação dos alunos admitidos pela Escola Técnica e sua ampliação, com substancial economia sobre as despesas necessárias à construção de sua sede, Theodorico da Cruz, na direção da mesma, imediatamente se interessou na transação entabulada com a Fundação. Parte do terreno, cuja área era de 535.480 m² poderia ser cedida à Escola de Minas, para construção de seus edifícios e, considerado o terreno confinante que a Alumínio Minas Gerais transferia à Fundação, um amplo centro escolar se delineava.

Infelizmente, uma transação desse gênero, ardentemente desejada e defendida por tôdas as partes envolvidas, não pôde se concretizar imediatamente. Um convênio entre os Ministérios da Guerra e da Educação chegou a ser lavrado, mas não pôde ser logo assinado. Sucessivas mudanças de ministério levaram, várias vêzes, a se reiniciarem as negociações. A quantia necessária ao novo

quartel foi se elevando e em setembro de 1963 a questão parecia definitivamente encerrada, com total impossibilidade de suplantar as arestas burocráticas e formalidades legais. Independentemente do interesse e do apoio do Ministério da Guerra, do Ministério da Educação, da Diretoria do Ensino Industrial, Comando da 4ª Região Militar, etc. Era o melancólico desfecho de uma longa campanha de lutas e decepções, aguardando solução sempre iminente e na qual até a legalização da propriedade do terreno pelo Exército, há 30 anos pendente, foi obtido pela Fundação. Parecia definitivamente encerrada a possibilidade da construção conjunta, com o pouco interesse que já ocorria no Ministério da Guerra. Somente a persistência e brilhante atuação pessoal do Gen. Carlos Luís Guedes possibilitou a resolução final: um convênio foi estabelecido entre o Ministério da Guerra e o da Educação, transferindo os terrenos e construções para a Escola Técnica de Mineração e Metalurgia, com participação da Escola de Minas, e um novo quartel seria construído em Belo Horizonte pela Escola Técnica. A Escola de Minas ficou de entrar com vinte a trinta milhões de cruzeiros, pelos 194.300 m² de terreno que lhe caberiam. Em 9 de junho de 1964, a Escola Técnica ocupou as antigas instalações do Exército.

Em dezembro de 1964 novos projetos foram encomendados ao arquiteto Sérgio Bernardes. Somente no final de 1965 foram entregues os novos ante-projetos, após levantamento topográfico e longas ausências do arquiteto.

Projetos atuais

O antigo projeto de construções comporta a urbanização de áreas de 497.700 m² correspondendo a

194.300 m² da Escola de Minas e 303.400 m² da Fundação. Comporta um grande edifício central – centro de convergência e hotel universitário – com os órgãos administrativos escolares, auditório, museu, restaurante e serviços conexos e sete pavimentos com salas de convívio e 1.008 celas para residência de alunos (1 ou 2 alunos por cela, com chuveiro e instalações sanitárias), dispostas em oito alas radiais de 18 celas por pavimento. Este núcleo central é contornado por uma avenida circular de 10 m de largura e 300 m de diâmetro, distribuindo o acesso aos sete institutos escolares e ao Instituto Costa Sena (da Fundação Gorceix), harmônicamente localizados em torno da avenida e podendo se estender até a 100 m da mesma (ou mesmo 200 m, em fase posterior, em alguns trechos).

Uma avenida diametral para oeste, com 400 m a partir da circular, conduz a campo de esportes, piscina, clube, ginásio, centro de abastecimento, etc., entrocando-se com outra, para norte, com residências para professores.

A grande vantagem da concepção original do projeto, abrangendo uma área construída que escapa às possibilidades financeiras atuais e imediatas, está na modulação e estruturação adotadas, facultando construções parciais independentes, complementares e com absoluta mobilidade de sub-divisões, variação do pé direito, adaptações, etc. Qualquer instituto, partindo de 158 m², construídos, pode crescer em múltiplos de 108 m², com permanentes alterações de suas divisões internas, **sem nunca estar inacabado** – a não ser na concepção de seu crescimento. Todos os prédios são adaptados às condições naturais do terreno, sem monotonia de chateza ante construções de um só pavimento. Cada módulo de 8,4 x 8,4 m é coberto com telhado de plástico branco, de quatro águas, correspondendo os 2,4 m laterais a corredores

ou áreas de iluminação zenital. Os prédios são de tijolos nus, com vidros a partir de 2,5, de altura. A estrutura é metálica.

O próprio edifício central é susceptível de muito gradativa construção, excluído, obviamente, o núcleo circular de elevadores e escadas, apenas variável por pavimentos. A fase inicial comportará apenas restaurante e serviços conexos, museu e 64 celas (8 por ala radial). É mesmo possível, em caso de premência, construir apenas 3 ou 4 alas radiais, com correspondente redução na área do museu e do restaurante.

Já foram apresentados os projetos de urbanização geral e projetos legais da primeira fase, compreendendo 11.795 m² de construção (6.295 m² do edifício central, 2.300 m² do Instituto Costa Sena e 3.200 m² dos Institutos de Mineração e Geologia da EMOP – inicialmente reunidos, por conveniência econômica). Os projetos já foram aprovados pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Estamos na fase final das “plantas de construção” e dos “detalhes gerais e especificações”, (90 dias após). Já foram efetuadas sondagens para fundações, pela firma Geotécnica e os cálculos estruturais estão em fase adiantada na firma Ronaldo Vertis, do Rio de Janeiro. A Empresa Brasileira de Engenharia – EBE está, graciosamente, fazendo os projetos de instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias.

Em maio de 1966 foi firmado um convênio entre a Escola de Minas e a Fundação Gorceix, para conjugação de esforços e de recursos financeiros, ficando a Fundação de fornecer, às suas expensas, o projeto de urbanização e do Instituto de Mineração e Geologia (até área de 2.500 m²). A Escola de Minas deverá ainda entregar à Escola Técnica a importância a que se obrigara, pela área de 194.300 m² que lhe toca. Estão adiantadas as providências para obtenção da área de 303.400 m² para a Fundação, por doação da Prefeitura

de Ouro Preto, com a participação da Alumínio Minas Gerais, como cedente. A Lanari S.A. ofertou 100 ton. de ferro para a construção e a Usiminas estudará a possibilidade de facilitar a aquisição de perfis estruturais. A Fundação contratou o Eng. José de Miranda Tepedino para orientar os trabalhos referentes. A Escola de Minas e a Fundação estudam um convênio complementar, para que esta atue como administradora das obras daquela sem qualquer ônus e com assistência permanente do Eng. Arquiteto Ivo Porto de Menezes, por parte da Escola.

Até fim de 1965, a Fundação já havia despendido Cr\$20.900.312 em projetos e estudos (tendo a Escola ressarcido Cr\$1.517.805). No corrente ano gastou até o fim de agosto mais Cr\$41.637.880, atingindo o total de Cr\$62.538.192. Somados Cr\$35.329.247 de correção monetária legal do ativo imobilizado pelas inversões anteriores a 1965, o valor global desses projetos atinge Cr\$97.867.439. Os compromissos pendentes, já assumidos pela Fundação, importam em mais de Cr\$40.981.600, até fim do corrente ano, o que elevará dito valor para cerca de Cr\$139 milhões. No momento, a disponibilidade financeira efetiva da Fundação para construções, propriamente ditas – excluídos os referidos compromissos – cinge-se a Cr\$167.380.520, afora alguns possíveis ressarcimentos pela Escola e valor do material doado pela Lanari S.A. A Escola possui uma verba já autorizada substancialmente maior. De qualquer forma, um grande esforço conjunto é necessário para o deslanche desse empreendimento grandioso e para o sonho de fuga à estagnação e à mediocridade.

Nenhuma das duas entidades sabe bem como enfrentará o futuro dessa campanha, de uma longa jornada para melhores dias e mais grandiosidade. Querem apenas ser

dignas do Brasil Grande que almejam e que a nós se impõe. Esperam muito mais das construções novas que simples prédios melhores e maior conforto. Esperam o alargamento de horizontes culturais e educacionais na influência de um ambiente novo e estimulante num desafio ao Homem para emulação. O exemplo da Escola Técnica é gritante: depois que ser mudou para o Morro do Cruzeiro, teve de crescer, para usar e adaptar as instalações adquiridas e que a desafiavam, fugindo ao cerceamento objetivo e subjetivo das antigas instalações limitadas. Nada disso é utopia ou vago idealismo. É um ideal corporizado, feito realidade. Mas é, sem dúvida, uma plantação de carvalhos, a semeadura do grande tempo e não apenas de couves para o dia de hoje. Sabemos que a jornada será árdua e que talvez não veremos os frutos finais. Mas algo ficará feito. Outros os colherão. Nós teremos de fazer o que nos seja **possível**. E o que nos será **possível**, dependerá não apenas de nós, mas de todos aqueles que podem e nos devem auxiliar, de uma forma ou de outra, por amor ou por simples desejo de uma grande “velha Escola de Minas”, adaptada a um país que cresce e evolui.

**SEGUNDA PARTE:
DOCUMENTOS
E
FATOS**

RELATÓRIO DO DIRETÓRIO ACADÊMICO – SITUAÇÃO ATUAL DA ESCOLA DE MINAS DE OURO PRETO (1962)

Diretoria do D.A.

Presidente: Marcello Guimarães de Mello

Vice-Presidente: Luiz Fernando Duarte

1º Secretário: Carlos Alberto Piacenza

2º Secretário: Geovani dos S. Carvalho

Tesoureiro: Nuri Andraus Gassani

LUTEMOS PELA SOBREVIVÊNCIA DA E.M.O.P.

ESCOLA DE MINAS DE OURO PRÊTO

INTRODUÇÃO

O Diretório Acadêmico da Escola de Minas de Ouro Preto, compreendendo que lhe é dado velar e colaborar com os organismos diretivos de nossa Escola e investido das responsabilidades que lhe cabem como representante oficial do Corpo Discente, para quem deve dirigir-se tôda a estrutura educacional, e, portanto, administrativa da Escola, vem, perante os interessados em colaborar com a E.M.O.P., apresentar um relatório do que se desenrola atualmente na casa de Gorceix.

Não pode a E.M.O.P. manter-se à parte do panorama Nacional, pois ela é parte integrante, e talvez fundamental, da infra-estrutura econômica que está sendo organizada e que deverá estabilizar-se no Brasil, a fim de que este possa superar seu atual estado de subdesenvolvimento com a formação de uma indústria pesada que sirva de base para a total emancipação econômica de nosso país não podendo deixar de reconhecer essas imposições de ordem nacional e passar a

formar técnicos realmente capacitados a enfrentar com realidade esse estado de coisas.

Procuraremos mostrar, no decorrer desta exposição, como nossa Escola tem cumprido com falhas sua finalidade, face às novas necessidades do país.

ATUAL SITUAÇÃO DA EMOP

O D.A., tomando por base os relatórios de turmas dos anos anteriores e acompanhando de perto toda a organização interna dessa Escola, concluiu que, na orientação da mesma, existe um anacronismo que vem se acentuando ano após ano.

Devido ao crescente desenvolvimento de nossa indústria de base, a criação de cursos especializados na Engenharia Mineral se fez mister, o que ampliou o corpo discente da Escola. Entretanto diante desta flagrante modificação das condições escolares no que se refere as suas necessidades, pouco se fez para que nos enquadrássemos devidamente as novas circunstâncias. O simples fato da Escola possuir em 1954: 146 alunos, 33 cadeiras, 27 professores e atualmente contar com 400 alunos, 70 cadeiras, 45 professores, já é o suficiente para demonstrar que o corpo docente não seguiu o mesmo ritmo de crescimento, pois o aumento do mesmo foi de 60%, enquanto que do discente, este aumento foi de 275%. Quanto ao pessoal administrativo, ainda mais impressionante é a nossa inércia, pois o mesmo permanece inalterado.

O REGIMENTO INTERNO NÃO É OBSERVADO

A organização de uma Escola tem por base o seu Regimento Interno, que é o manual básico de toda sua estruturação administrativa, disciplinar e didática.

O Regimento Interno da Escola, contém, principalmente em relação às novas técnicas do ensino, inúmeras deficiências que só poderão ser sanadas com o novo Regimento, mas, enquanto este não for feito é imprescindível que o antigo permaneça em vigência.

O R.I. possui normas mínimas que, enquanto mantidas, devem ser observados.

Assim passaremos a considerar os artigos de R.I. dos mais importantes que há muito tempo pouco são observados em nossa austera Escola de Minas:

Art. 3: Cada cadeira será provida de um professor catedrático, cabendo a regência das aulas a professores adjuntos dos departamentos a que as mesmas pertencem. (NÃO VEM SENDO CUMPRIDO NORMALMENTE HÁ VÁRIOS ANOS).

Art. 4: A matéria de cada cadeira constará de um programa aprovado pela Congregação. (NÃO FOI APRESENTADO NENUM PROGRAMA E APROVAÇÕES ÊSTE ANO. CERTAS CADEIRAS TÊM O MESMO PROGRAMA DE NÓS ATRÁS).

Art. 95: A Congregação elegerá comissões permanentes de legislação e ensino e de horários e programas, renováveis anualmente, que constarão de 3 membros. (atualmente só existe a primeira e que consta somente de 2 membros).

Art. 117: O cargo de assistente será preenchido pelo instrutor que fizer jus à promoção, por ato do Diretor, baseado em indicação fundamentada feita pelo Chefe do

Departamento, mediante proposta dos professores catedráticos interessados.

Parágrafo único: Só poderão ser promovidos ao cargo de assistentes os instrutores que contarem pelo menos três anos de efetivo exercício no seu cargo, excetuados os que forem docentes livres, os quais poderão ser promovidos dos independentemente de interstício.

Art. 147: Compete ao professor catedrático:

b) submeter anualmente ao exame da Congregação, na época regulamentar, o programa de ensino da cadeira;

j) participar das reuniões da Congregação e de outros órgãos a que pertencer;

k) Fazer parte das comissões examinadoras e de outras para as quais fôr designado ou eleito; (NÃO CUMPRIDOS).

Art. 159: O provimento do cargo de chefe de laboratório será feito a título precário, pelo prazo de três anos, por ato do Diretor, mediante proposta do departamento interessado, aprovada pela Congregação. (NÃO TEMOS)

Art. 182: Contadoria Secional: NÃO EXISTE.

Art. 187: Ao Oficial administrativo compete: ... (NÃO CUMPRIDO)

Art. 219: Atribuições da Contadoria: Por não existir não são cumpridas.

Art. 220: Do Contador: IDEM IDEM

Art. 221: Do Guarda-livros: IDEM IDEM.

Art. 235: O Parque Metalúrgico tem por objetivo:

I – Colaborar com a Escola no ensino teórico e prático (NÃO CUMPRE).

Art. 236: Regimento do Parque Metalúrgico – NÃO EXISTE.

Relativamente ao Parque ainda acrescentamos que foi nomeada uma comissão para verificar seu funcionamento,

tendo o D.A. solicitado, participar da mesma. Êste pedido não foi nem ao menos respondido e dos estudos da comissão nada sabemos.

E assim sucessivamente podemos enumerar outros artigos que não foram, ou melhor, não são cumpridos dentro do regimento da E.M.O.P. o que acrescenta uma lamentável situação de desentendimento entre alunos, professores e funcionários.

O D.A. já se manifestou por várias vêzes junto à Direção da Escola solicitando o cumprimento dêste Regimento, porém infrutíferamente.

XXXXXXXXXXXXXXXX

DEFICIÊNCIAS DO CORPO DOCENTE

A E.M.O.P., desde há muitos anos passados, necessita de uma reestruturação, curricular, administrativa, didática, pedagógica, que por motivos incompreensíveis, foi adiada até a data de hoje.

Em 1957, quando da criação dos cursos especializados, esta reorganização se fêz sentir com maior intensidade, devido ao aumento do número de alunos. Esta ocasião era a mais propícia para a resolução dêstes problemas; como os mesmos não foram solucionados, êstes geraram outras deficiências principalmente nos corpos docente e administrativos. Sendo que as deficiências do corpo docente são de ordem qualitativa e quantitativa. Como causas dessas deficiências podemos enumerar algumas:

1. CÁTEDRA VITALÍCIA: Salvo raras e honrosas exceções, êste meio que só compreendemos como um sistema de estabilidade ao professor, transformou-se numa verdadeira

“aposentadoria intelectual”. O problema da estabilidade do professor pode ser resolvido através de um regulamento racional da carreira do magistério. Êste regulamento deveria observar a real estabilidade do professor e não a possibilidade dêste tornar-se “dono” da cadeira.

3. O PROBLEMA DA RESIDÊNCIA fora de Ouro Preto, traz também graves conseqüências no que tange ao tempo útil que o professor teria para dar melhor orientação aos alunos.

A Escola deveria exigir um número mínimo de horas de permanência do professor na Escola, mas isto desde que desse a êsse professor condições de trabalho e uma remuneração compensadora.

PARQUE METALÚRGICO AUGUSTO BARBOSA
PROJETO DE ORÇAMENTO PARA O ANO DE 1962

RECEITA

PRODUÇÃO DE GUSA

5.500 t X Cr\$14.000,00	Cr\$77.000.000,00
OFICINA MECÂNICA (Renda)	3.000.000,00
FUNDIÇÃO (Renda)	<u>1.000.000,00</u>
	Cr\$81.000.000,00

DESPESAS

MATÉRIA-PRIMA

a) Carvão – 27.500 m3 X Cr\$1.300, 00	Cr\$35.000.000,00
b) Min. de Ferro – 5.200t X Cr\$800,00	4.160.000,00
c) Min. de Ferro – 2.600t X Cr\$400,00	1.040.000,00
d) Min. de Manganês – 600t X Cr\$600,00	360.000,00
e) Calcário 430t X Cr\$1.200,00	516.000,00
f) Quartzo – 600t X Cr\$300,00	<u>180.000,00</u>
	Cr\$41.256.000,00

PESSOAL

(Salário, férias, Avisos Prévios,
 Indenizações, Institutos, Seguros, etc.) Cr\$26.500.000,00

ALMOXARIFADO

a) Óleo, gasolina, lubrificantes, pneus e câmaras de ar	1.200.000,00
b) Material de Consumo	2.000.000,00
c) Material Permanente	<u>2.000.000,00</u>
	Cr\$5.200.000,00

DIVERSOS

a) Telefone e telefonemas interurbanos	Cr\$50.000,00
b) Material de Expediente	100.000,00
c) Diárias para Viagens	100.000,00
d) Energia Elétrica	700.000,00
e) Transportes diversos	500.000,00
f) Despesas bancárias	<u>1.200.000,00</u>
	Cr\$2.650.000,00

MATERIAL PERMANENTE

.....	<u>Cr\$5.394.000,00</u>
	Cr\$81.000.000,00

OBSERVAÇÃO

Conclui-se que o Parque Metalúrgico Augusto Barbosa (P.M.A.B.), além de não preencher com suas finalidades conforme o R.I. nos artigos 235, 236m 237 e 238 – já citados anteriormente – é deficitário pois recebe ainda Cr\$5.000.000,00 da E.M.O.P., de acôrdo com o orçamento da Escola para o ano de 1962, segundo o item 2.1.2-0.1.

EXISTEM POIS DUAS ALTERNATIVAS

1) Ou a administração do P.M.A.B. é deficiente e deve ser reformulada para que a entidade cumpra suas finalidades didáticas e de pesquisas a ser além disso auto-suficiente e mesmo lucrativa, com planejamento de reinversões de tais lucros em realizações que se enquadram em seus objetivos primeiros.

2) Ou é impossível a realização da alternativa acima explicitada, caso em que se recomendaria a bem dos cofres públicos e do bom nome da E.M.O.P. o fechamento do P.M.A.B.

Porém por este projeto de orçamento podemos observar alguns detalhes que nos levam a concluir sua inoperância técnica.

As rendas da oficina mecânica e fundição são irrisórias. Também o consumo de matéria prima apresenta irregularidades. Note-se entretanto que figuram na lista de pagamento do Parque Metalúrgico, funcionários que trabalham permanentemente na Escola bem como reparo e manutenção dos veículos da Escola. Mas a ineficiência administrativa e técnica dos seus responsáveis é patente.

Por exemplo a fundição que conta com um forno Cubilot de 1 ton/hora, produz anualmente, se tomarmos o quilograma de ferro fundido usinado Cr\$40,00, 25 toneladas de ferro.

CONCLUSÃO

1. Estes são os fatos existentes na E.M.O.P.
2. São reflexos da situação Nacional.
3. Falta de dirigentes, falta de líderes, falta de trabalho.
4. A solução para tudo isso é alcançada de conjunto, pelo reconhecimento por parte do Corpo Discente da sua culpa se compactuar com tudo isso.
5. A nossa participação, quer pela quantidade, quer pela potencialidade, quer pelos ideais nascentes, deve ser a força, a força propulsora que arrancará, nossa Escola da letargia em que se encontra, lançando-a

como vanguarda no desenvolvimento desse país super-saqueado.

6. As medidas básicas a serem tomadas são matéria de discussão e amadurecimento, não fruto de impulsos e motivos, sem continuidade duradoura.

7. A Congregação, a Assembléia Escolar, nossa Assembléia Geral são os locais onde as arestas são polidas, e o trabalho em conjunto torna a consciência do bem comum.

Ouro Preto, 25 de abril de 1962

DIRETÓRIO ACADÊMICO

COMENTÁRIOS: À MARGEM DE UM RELATÓRIO DO D.A.

Diretoria da Escola de Minas de Ouro Preto (1962)

O recente RELATÓRIO em que, textualmente, O DIRETÓRIO ACADÊMICO DA ESCOLA DE MINAS DE OURO PRÊTO AO CONHECIMENTO DO SR. MINISTRO DA EDUCAÇÃO, DOS SRS. DIRETORES, DOS SRS. PROFESSORES, DEMAIS AUTORIDADES COMPETENTES, DOS EX-ALUNOS E DE SEU CORPO DISCENTE a PRECARIÉDADA EM QUE SE ENCONTRA A NOSSA ESCOLA, tece considerações sôbre determinados aspectos da conjuntura escolar, às quais parece indispensável acrescentarem-se alguns esclarecimentos e reparos que contribuam para uma apreciação mais clara e mais segura dos fatos abordados.

Visam a êste objetivo os comentários que se seguem.

- I -

Na estruturação vigente da Escola, diz o RELATÓRIO (pág. 1), “afastamo-nos bastante da nossa finalidade fundamental, que é a formação de engenheiros de minas, civis, metalurgistas e geólogos”, finalidade que a Escola tem deixado de cumprir “face às necessidades nacionais”.

I.1 – Estruturação Vigente da Escola

É a consubstanciada no Estatuto aprovado por decreto federal de 12-10-1961 e complementado *transitòriamente* pelos dispositivos do Regimento interno de 1946, revisto pela Congregação em 1955. Transitòriamente porque, segundo preceitua o Estatuto (art. 93), sòmente até aprovação do novo

Regimento da Escola, nele previsto, prevalecerá tal situação . Ora, o novo Regimento já está em fase adiantada de elaboração e entrará sem dúvida em vigor em 1963.

É pois contra uma estruturação quase perempta que investe, assim, o RELATÓRIO, ao responsabilizá-la pelo alegado afastamento da Escola de suas finalidades.

I.2. – A Escola afasta-se *“de sua finalidade fundamental, que é a formação de engenheiros de minas, civis, metalurgistas e geólogos”*.

Parece claro que a asserção não pretende pròpriamente negar o fato notório de que a Escola esteja diplomado regularmente os profissionais que nela se mencionam. O que parece, ante a alegação de que tal finalidade não tem sido cumprida *“face às necessidades nacionais”*, é que o RELATÓRIO considerará, talvez, que a Escola, com a sua atual produção de profissionais, não esteja atendendo *satisfatòriamente* a tais necessidades.

Se assim é realmente, parece que terão então cabimento as considerações que se seguem.

Duas seriam, por certo, as causas de uma possível produção insatisfatória de profissionais, pela Escola, *“face às necessidades nacionais”*: nível inadequado de preparo técnico, baixo rendimento dos cursos, em quantidade.

Quanto à primeira:

Foi precisamente pela consideração de que o curso único, de 6 anos, até então ministrado, não comportaria maior expansão de seu currículo sem a providência, por certo inaceitável, do prévio alongamento de sua duração, que a

Escola conseguiu a duras penas instituir, em 1957, os cursos separados de Engenharia de Minas, de Engenharia Metalúrgica e de Geologia e que tem procurado desde então consolidá-los através providências como as consubstanciadas na Lei de Autonomia da Escola ; como a consecussão de dotações orçamentárias muito maiores que as anteriores a essa Lei; como a obtenção de autorização governamental, assim tornada possível, para a admissão de novos professores, em regime provisório, até que se complete a reestruturação escolar etc.

É de notar-se, porém, que a Escola não está dando por suficiente o que já conseguiu, em tal terreno em um prazo tão curto porque, através de sua reestruturação, em plena marcha, e dos planos, também em andamento, para a edificação e aparelhamento de novas instalações para seus serviços, com capacidade suficiente e recursos satisfatórios para os fins em vista, está realizando um esforço como possivelmente nunca terá feito no passado, pela superação das dificuldades que a assoberbam:

Quanto à segunda (rendimento quantitativo):

Basta considerar-se que, segundo o próprio RELATÓRIO (pág. 2), o número de matrículas passou de 146 em 1954, a 400, atualmente, e que, neste período, nenhum candidato aprovado em concurso de habilitação deixou de ser matriculado por falta de vaga, não tendo a Escola, para tanto, tomado mais rigorosos seus vestibulares. Por outro lado, o total de diplomados passou de 12 em 1954 (um único curso) a 59 em 1961 (4 cursos).

Ora, é fácil conceber-se o grande esforço que à Escola tem custado, nestes últimos anos, essa rápida expansão do

total de suas matrículas e dos efetivos de profissionais dela saídos cada ano.

Mas cabe frizar-se ainda, como visto, que a Escola não se tem dado por contente com êsses resultados. Os planos das novas instalações, por cuja consecução está ela trabalhando com afinco, prevêm um vasto aumento dos totais indicados, como é do conhecimento de quantos têm acompanhado de perto a ação decidida que ela vem desenvolvendo em tal sentido, nestes últimos anos.

- II -

Anacronismo não orientação da vida da Escola, solução dos seus problemas por moldes superados, são comprovados, segundo o RELATÓRIO (pág. 2), pelo fato de que, com a instalação dos cursos de Engenharia mineral, nada se fez para atendimento das necessidades novas dêste modo criadas.

II.1. – Pessoal

Pretendendo demonstrar que nada se fez em tal terreno, o RELATÓRIO alinha cifras que o conduzem à conclusão de que, tendo o corpo discente experimentado, de 1954 até o presente, um crescimento de 275%, o corpo docente apenas teria crescido em 60% e que o quadro de pessoal ficou estacionário (pág. 2).

Em primeiro lugar, dois reparos:

1º) Se foi para atender às novas circunstâncias advindas da criação dos novos cursos que *nada* se fez, segundo afirma o RELATÓRIO, então parece, seria natural que as variações por êle apresentadas se referissem ao período de 1956 (158 alunos) até hoje e não ao que decorre desde

1954 (146 alunos) até o presente, já que os novos cursos surgiram em 1957 e não em 1955.

2º) O RELATÓRIO deixa-se envolver, não intencionalmente, sem dúvida, por um ligeiro equívoco, ao apreciar o crescimento percentual dos efetivos discente e docente da Escola. No primeiro caso, não considera o *aumento* ou a *variação* do número de alunos mas a relação percentual dos totais de alunos em 1954 e 1962 (considerado este igual a 401 e não a 400):

$401 \div 146 = 2,75$ (por excesso) ou sejam 275%. No segundo, ao contrário, considera precisamente o *aumento* ou *variação* percentual dos números de docentes, naqueles mesmos anos:

$(45 - 27) \div 27 = 0,667$ ou sejam 66,7% (que o RELATÓRIO arredonda agora *por falta*, para 60%).

Se o RELATÓRIO tivesse também considerado neste caso, a relação percentual dos valores extremos, os números que ele teria de cotejar seriam 275% (relação dos totais de matrículas em 1962 e 1954) e 166,7% (relação dos totais de professores). E estas relações passarão, respectivamente, a 253% e 160%, se o período considerado for o que começa em 1956, e os acréscimos a 153% e 60% (Não 275% e 60%, como no RELATÓRIO).

Face a estes resultados, o RELATÓRIO poderia, quando muito, concluir que não foi feito, no caso, *quanto era conveniente* (não que *nada se fez*). Isto mesmo se se admitisse a preliminar da *conveniência* de que a relação dos efetivos de professores deve acompanhar a dos de alunos, em sua variação.

Vejamos, porém, o que tem sido feito, no caso.

Tão logo a Escola teve condições para enfrentar o problema por si mesmo, com a promulgação de sua autonomia, ela se pôs em campo. E, vencendo as maiores dificuldades, obteve do Congresso dotações orçamentárias específicas para o ano imediato (1961) que, triplicando-lhe os recursos financeiros com que teria contado sem a providência, permitiram-lhe pleitear e obter do Govêrno uma autorização, já renovada para o ano em curso, no sentido de admitir 37 novos docentes, em regime provisório, até que fôsse aprovado seu novo quadro de pessoal, que fôra encaminhado logo após obtida a autonomia e que ainda está em tramitação – quadro êsse em que são previstos 101 novos docentes (Processo nº 39.517-61, do MEC).

Êsse mesmo quadro, solicitado ao Govêrno logo que a Escola se tornou autônoma e que está pendente, ainda de aprovação, engloba também um efetivo de pessoal administrativo várias vêzes superior ao atual.

É de notar-se que a administração escolar vinha desenvolvendo, até há pouco, como é notório, intenso trabalho junto ao DASP pela aprovação do novo quadro da Escola, trabalho êste que teve de ser interrompido quando, por motivos muito respeitáveis, a Comissão incumbida do projeto do novo Regimento considerou necessário paralizá-lo até aprovação dêste. Improcedente, portanto, a observação do RELATÓRIO sôbre o fato de permanecer ainda inalterado o nosso quadro de pessoal administrativo. Sobretudo tendo-se em vista que a Escola tem suplementado seu quadro, provisoriamente, com número apreciável de servidores sem vínculo de emprêgo, remunerados por prestação de serviços.

II.2 – Instalações e aparelhamento.

Afirmando que nada se fez, para atender às necessidades acarretadas à Escola pelos novos cursos, o RELATÓRIO não atenta para o grande esforço que tem sido realizado ultimamente, no sentido de expandirem-se as instalações escolares e que já conduziram praticamente ao esgotamento completo das possibilidades que, para tanto, ainda existiam em toda a área da Escola: 10 novas salas de aulas com o respectivo mobiliário, dentre as quais algumas das melhores da Escola; laboratórios didáticos ampliados, como o de Química Analítica, que teve sua capacidade triplicada e aperfeiçoadas suas instalações, inclusive com uma nova sala de balanças; como o de Química, ampliado e reinstalado; como o de Física, reorganizado e enriquecido com um conjunto Fywe, etc.; considerável quantidade de novos microscópios e de novos aparelhos topográficos – para citar apenas parte do que foi feito, nesse campo.

Todo êsse imenso esforço, que dificilmente terá sido excedido, em prazo igual, em toda a vida da Escola, *é nada* para o RELATÓRIO.

- III -

“O Regimento interno não é observado”
(RELATÓRIO, pág. 2).

O Regimento interno, mantido transitòriamente em vigor, como já acentuado, pelo art. 93 do Estatuto vigente, até aprovação do novo Regimento da Escola, ora em preparo, é o que foi aprovado em 1946 e reformado em 1955 em alguns poucos de seus dispositivos, quase sempre com o simples intuito de dar-se a êstes redação mais clara.

Serão apresentados, a seguir, alguns comentários sobre o alegado descumprimento de numerosos dispositivos desse Regimento cuja vigência se acha quase extinta.

ART. 3º - CADA CADEIRA SERÁ PROVIDA POR UM PROFESSOR CATEDRÁTICO, CABENDO A REGÊNCIA DAS AULAS A PROFESSORES ADJUNTOS DOS DEPARTAMENTOS A QUE AS MESMAS PERTENÇAM, DESIGNADOS ÊSTES ÚLTIMOS PELA CONGREGAÇÃO.

Das trinta e três cadeiras a que o dispositivo se refere, 19 estão providas por professores catedráticos efetivos, por concurso ; 8 por catedráticos interinos ; 5 por professores de ensino superior, admitidos nos termos de autorização especial do Senhor Presidente da República, de 8-3-62 (Diário Oficial de 9-3-1962), alguns dos quais já propostos ao Governo para catedráticos interinos, e a ultima vem sendo exercida por catedrático efetivo de cadeira afim, também já proposto à nomeação interina por ato do Gôverno, em exercício cumulativo.

Sempre houve e sempre haverá cadeiras providas interinamente nesta como em qualquer outra Escola – até porque, entre a aposentadoria de um professor efetivo e a nomeação de novo professor efetivo para a vaga, situa-se o processo do concurso de cadeira, ao qual muitas vêzes não se apresentam candidatos, como já tem acontecido últimamente na Escola, sendo que outras vêzes o concurso não conduz a resultado algum, ou é anulado, podendo ainda ocorrer circunstâncias ocasionais que não permitam ou não aconselhem a imediata abertura de inscrições, como resolvido pela Congregação há algum tempo, para a Escola, até transpôr-se a atual fase de transição que ela vive.

Quanto às *disciplinas* do curso de Engenharia Mineral e às do Curso de Geologia, não podem ser providas por *catedráticos* porque não são *cadeiras* criadas *por lei* e só em virtude de lei pode o Governo nomear catedráticos. Voltar-se-á ao assunto mais adiante.

ART. 4º - A MATÉRIA DE CADA CADEIRA CONSTARÁ DE UM PROGRAMA APROVADO PELA CONGREGAÇÃO.

Não admira que não tenha sido apresentado à Congregação, êste ano, conforme informa o RELATÓRIO, nenhum programa novo, porque o dispositivo não exige que os programas sejam aprovados *cada ano*, pela Congregação. Por outro lado, parece claro que, por muito rápida que seja a evolução da matéria de determinada cadeira, raramente essa evolução exigirá reformulação *anual* de programas. E muitas vêzes, a evolução, em dado lapso de tempo, não chega a afetar mais que o modo de se considerarem as questões de cada capítulo do programa sem alteração própria do conteúdo do capítulo considerado. No momento atual, véspera de uma radical mudança de currículos, será ainda, por certo, mais compreensível que se não cogite da substituição de programas.

ART. 31 – QUANDO O NÚMERO DE ALUNOS DOS CURSOS ORDINÁRIOS EXCEDER O LIMITE COMPATÍVEL COM A EFICIÊNCIA DO ENSINO E A POSSIBILIDADE DE APRENDIZAGEM INDIVIDUAL, SERÃO OS ALUNOS DIVIDIDOS EM TURMAS, MEDIANTE PROPOSTA DO PROFESSOR AO RESPECTIVO DEPARTAMENTO E POR ÊSTE

ENCAMINHADA À CONGREGAÇÃO PARA A DEVIDA APROVAÇÃO.

Não estaria sendo cumprido, segundo o RELATÓRIO, porque não foram distribuídos em turmas os 88 alunos de Física e os 94 de Química-Física.

Em primeiro lugar, deve notar-se que o dispositivo não fixa o número máximo de alunos *por turma*, deixando ao professor, ao Departamento e à Congregação a liberdade de decidirem a respeito e esses órgãos escolares podem considerar por exemplo que, para as preleções, não existam as mesmas necessidades de fracionamento das turmas que para trabalhos práticos, mórmente em uma fase da vida da Escola em que os efetivos discentes se triplicam em meia dúzia de anos e em que ela se vê, por isto, a braços com as mais sérias dificuldades, em matéria de instalações e pessoal docente.

Note-se ainda que raramente a freqüência às preleções é *total* (a exigência regimental é apenas de 50%) e que, portanto, o número de alunos presentes às aulas será sem dúvida bem menor que os apontados.

O mal, de resto, não é peculiar à Escola de Minas, nesta hora de intensa procura dos cursos de Engenharia, quando escolas possuidoras de facilidades bem maiores admitem *normalmente* 80 alunos por turma, para preleções, aceitando mesmo, em carater excepcional, turmas de 100.

ART. 44 – OS PROJETOS DEVERÃO INCLUIR OS RESPECTIVOS ORÇAMENTOS, AJUSTANDO-SE EM SEUS PROGRAMAS, ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO ÀS CONDIÇÕES REAIS DA PRÁTICA.

§ 1º - OS PROJETOS SERÃO REGISTRADOS PELOS PROFESSORES EM LIVRO PRÓPRIO, ATÉ 10 DE AGOSTO DE CADA ANO, SENDO NESSE MESMO

LIVRO LANÇADAS AS NOTAS ALCANÇADAS PELOS ALUNOS.

§ 2º - A EXECUÇÃO DOS PROJETOS OBEDECERÁ A UMA REGULAMENTAÇÃO ESPECIAL ELABORADA PELA CONGREGAÇÃO.

Claro que sem a regulamentação a que se refere o parágrafo 2º supra, a exigência do art. 44 seria, praticamente, inoperante.

Ora, na situação atual do curso especialmente visado pelo dispositivo, o de 6 anos, o acúmulo de matérias por série tornou-se um entrave a uma regulamentação eficiente para o caso. Assim é que, abandonada, por inexecutável, a regulamentação primeiro elaborada, não se chegou a pôr em prática qualquer outra, o que não impediu, porém, que os projetos – ou fossem, mesmo assim registrados, como o foram em alguns casos, ou então que fossem propostos sob a forma de questões a serem resolvidas por etapas, como aconteceu em outros casos.

É inegável, no entanto, que este foi realmente um dos casos em que as dificuldades atuais da Escola não puderam ser superadas e que só poderá ser remediado eficazmente com a reestruturação que se processa, em que será possível a remoção das causas da dificuldade.

ART. 95 - A CONGREGAÇÃO ELEGERÁ COMISSÕES PERMANENTES, RENOVÁVEIS ANUALMENTE PELO TERÇO, DE LEGISLAÇÃO E ENSINO, DE HORÁRIOS E DE PROGRAMAS, COMPOSTA CADA UMA DE TRÊS MEMBROS.

O RELATÓRIO não esclarece que as comissões são renováveis *pelo terço*. Isto tem sido feito com regularidade,

não procedendo a alegação de que só existe uma das comissões mencionadas.

É a seguinte a composição das Comissões, resultante das renovações levadas a efeito em maio de 1961:

DE LEGISLAÇÃO E ENSINO:

1. Prof. J. MAIA (até Maio de 1964)
2. Prof. JAIR C. SILVA (até Maio de 1963)
3. Prof. PAULO A. M. GOMES (até Maio de 1962)

DE PROGRAMAS:

1. Prof. JOSÉ DE CARVALHO LOPES (até Maio de 1964)
2. Prof. ALUÍZIO LICÍNIO M. BARBOSA (até Maio de 1963)
3. Prof. HUGO VOCURCA FILHO (até Maio de 1962)

DE HORÁRIOS:

1. Prof. MOACIR A. LISBOA (até Maio de 1964)
2. Prof. CRISTIANO B. DA SILVA (até Maio de 1963)
3. Prof. ANTÔNIO PINHEIRO FILHO (até Maio de 1962)

ART.100 – COMPETE À CONGREGAÇÃO:

.....
.....
.....
.....

g) REVER OS PROGRAMAS DE ENSINO A FIM DE VERIFICAR SE OBEDECEM AS EXIGÊNCIAS REGIMENTAIS;

h) ORGANIZAR OS HORÁRIOS DOS CURSOS ORDINÁRIOS, OUVIDOS OS RESPECTIVOS PROFESSORES E ATENDIDOS, SEMPRE QUE POSSÍVEL, OS INTERÊSSES DO CORPO DISCENTE, BEM COMO QUAISQUER CIRCUNSTÂNCIAS QUE POSSAM INTERFERIR COM A REGULARIDADE DA FREQUÊNCIA E A BOA ORDEM DOS TRABALHOS ESCOLARES;

.....

Segundo o RELATÓRIO, os programas não são revistos pela Congregação. No entanto, as atas das sessões desse Órgão escolar comprovam o contrário, permitindo verificar-se que sempre que tenham sido apresentados programas novos, sobre eles emitiu a Comissão competente o necessário parecer, que a Congregação nunca deixou de apreciar (ver, por exemplo, Atas das Sessões 712^a, de 3-3-58; 725^a de 2-3-59; 740^a, de 29-2-60; 776^a, de 1-3-61).

Segundo ainda o RELATÓRIO, o horário “não atende o interesse do corpo discente”. Não leva em conta, porém, o RELATÓRIO, que o que o dispositivo estatui é que, na organização do horário, devem ser “atendidos SEMPRE QUE POSSÍVEL” ditos interesses. E assim, reconhece implicitamente que há outras injunções a serem atendidas, que possam interferir com as preferências manifestadas pelos alunos.

ART. 107 – CONSTITUEM ATRIBUIÇÕES DO DIRETOR:

.....

t) FISCALIZAR A FIEL execução do regime didático, especialmente no que respeita à observância de horários, programas e à atividade dos professores, docentes livres, auxiliares do ensino e estudantes;

.....

É êste um dos dispositivos modificados pelo Estatuto vigente, que retirou ao Diretor, transferindo-as ao Diretor da Divisão de Ensino, as funções relativas ao regime didático, às quais tem sido dadas, pelo atual titular interino, a atenção que lhe é possível . Na situação anterior à aprovação do Estatuto aludido, o Diretor agia sempre segundo a praxe das anteriores diretorias, que se desincumbiam do encargo através da Secretaria, encarregada da apuração da frequência do pessoal docente e das notas e faltas dos alunos, registradas pelos professores. Teria sido de resto excessivo para o Diretor, por demais sobrecarregado com as restantes atribuições do seu cargo, sobretudo nos últimos anos que precederam à aprovação do Estatuto vigente, fazer mais do que isto, mormente tendo-se em vista que uma ação mais minuciosa em tal terreno cabia ao Chefe do Departamento, nos termos do art. 255, letra *d*, do Regimento interno, e era ordinariamente realizada satisfatòriamente.

ART. 117 – O CARGO DE ASSISTENTE SERÁ PREENCHIDO PELO INSTRUTOR QUE FIZER JUS À

PROMOÇÃO, POR ATO DO DIRETOR, BASEADO EM INDICAÇÃO FUNDAMENTADA FEITA PELO CHEFE DO DEPARTAMENTO, MEDIANTE PROPOSTA DOS PROFESSORES CATEDRÁTICOS INTERESSADOS.

Afirma o RELATÓRIO, a respeito, que “a Escola, praticamente, não possui assistentes”.

São bens conhecidos os esforços que a Escola realizou, desde a gestão do ilustre Diretor que precedeu ao atual, para criação de seu quadro de assistentes. Nada conseguiu, no entanto, dado que, ao assumir êle a função, já as vagas de assistentes da Universidade haviam sido, de há muito, distribuídas entre as demais unidades, que delas, evidentemente, não abriram mão. A Congregação chegou a enviar ao Senhor Presidente da República uma Comissão com o objetivo de conseguir os novos lugares necessários, nada tendo obtido.

A Diretoria cujo mandato ora termina prosseguiu, em vão, nesses esforços, no início de sua gestão, tendo, por exemplo, tentado uma emenda ao Orçamento da União, que facultasse à Escola os recursos necessários à admissão de assistentes mediante contratos anuais firmados pela Reitoria.

Conseguida, porém, a autonomia da Escola e, com ela, os recursos financeiros necessários, já em começos do ano findo podia a Escola obter, como obteve, a autorização presidencial para admissão de 25 assistentes e 12 professores de ensino superior, por um período limitado ao ano de 61, autorização essa que já foi renovada para o ano em curso e graças à qual dispõe a Escola, hoje, de 10 assistentes e 12 professores de ensino superior.

ART. 147 – COMPETE AO PROFESSOR CATEDRÁTICO:

.....
.....

B) SUBMETER ANUALMENTE AO EXAME DA CONGREGAÇÃO, NA ÉPOCA REGULAMENTAR, O PROGRAMA DE ENSINO DA CADEIRA;

.....
.....

d) FORNECER À SECRETARIA, NOS PRAZOS FIXADOS NESTE REGIMENTO, AS NOTAS DE PROVAS PARCIAIS, BEM COMO, NO DECURSO DOS TRÊS PRIMEIROS DIAS DE CADA MÊS, AS DOS TRABALHOS E EXERCÍCIOS ESCOLARES REALIZADOS NO MÊS ANTERIOR;

.....
.....

h) DESTINAR SEMANALMENTE PELO MENOS UMA HORA PARA ATENDER A CONSULTAS DOS ALUNOS E ORIENTÁ-LOS NA REALIZAÇÃO DE TRABALHOS ESCOLARES, NOS TÊRMOS DA ALÍNEA J DO ART. 7;

i) SUGERIR AO DIRETOR AS MEDIDAS NECESSÁRIAS AO MELHOR DESEMPENHO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E PROVIDENCIAR, POR TODOS OS MEIOS AO SEU ALCANCE, PARA QUE O ENSINO SOB SUA RESPONSABILIDADE SEJA O MAIS EFECIENTE POSSÍVEL;

j) PARTICIPAR DAS REUNIÕES DA CONGREGAÇÃO E DE OUTROS ÓRGÃOS A QUE PERTENCER;

k) FAZER PARTE DAS COMISSÕES EXAMINADORAS E DE OUTRAS PARA AS QUAIS FÔR DESIGNADO OU ELEITO;

.....

M) SUBSTITUAR, POR DESIGNAÇÃO DO DIRETOR, OS DEMAIS DOCENTES DE SUA CADEIRA, NA FALTA OU IMPEDIMENTO DÊSTES OU QUANDO O ACONSELHAREM AS CONVENIÊNCIAS DO ENSINO.

Para o RELATÓRIO, não cumprem os Senhores professores as atribuições que lhes fixam tais dispositivos. Consideremos cada uma delas, separadamente:

ÍTEM b – Claro que o dispositivo não impõe ao professor a exigência de submeter à Congregação, cada ano, um programa novo, nada lhe vedando manter, em um ano, o programa do ano anterior – caso em que, evidentemente, bastar-lhe-á declará-lo.

ÍTEM d – É inegável que o dispositivo não tem sido observado senão, possivelmente, em certos casos. Mas é inegável, também, que por fôrça de circunstâncias que a Escola não tem podido superar, não conseguiu ela os docentes auxiliares previstos no Regimento interno em quantidade suficiente para tornarem exeqüíveis exigências como esta, que o Regimento evidentemente formulou no pressuposto de que aos professores fôssem asseguradas as condições nele previstas, para o respectivo cumprimento. E se êste fato foi suficiente para determinar a transigência da Escola, em relação à exigência, desde que entrou em vigor o Regimento

interno, maior será a sua força em tal sentido, decorrente das circunstâncias mais difíceis destes últimos anos – circunstâncias essas para as quais a Escola esforça-se por encontrar remédio na reestruturação ora em marcha.

ÍTEM h – O dispositivo não exige que a hora de consulta nele mencionada conste dos horários, o que, aliás, seria notoriamente inexequível, de tal modo estão estes, sempre, sobrecarregados. Entretanto, ninguém, de ânimo sereno, poderá negar a constante disposição dos professores em atender às consultas dos alunos, não somente na Escola, mas onde quer que sejam procurados e haja possibilidades para tanto. É significativo o fato de que até hoje nenhum aluno tenha comunicado aos órgãos escolares competentes a recusa de um professor em atendê-lo.

ÍTEM i – Uns professores mais, outros menos, todos estão constantemente a pleitear as medidas a que o dispositivo se refere, embora nem sempre disponha o Diretor de condições para atendê-los.

ÍTEM *j, k e m* – Seria possível admitir-se, quando muito, que alguns dos professores têm realmente maiores dificuldades em satisfazerem, com a pontualidade que seria desejável, as exigências desses itens, resultando que algumas vezes não haja *quorum* para as sessões da Congregação, ou que a Secretaria tenha de desdobrar-se, para completar as bancas examinadoras. Mas se os dispositivos, simplesmente, não fossem por ele cumpridos, como afirma o RELATÓRIO, e às vezes com enormes sacrifícios, então não poderia haver – o que felizmente não sucede – nenhuma reunião da Congregação, por exemplo.

ART. 156 - ALÉM DOS PROFESSORES ADJUNTOS, DOS ASSISTENTES E INSTRUTORES, PODERÁ HAVER EM CADA CADEIRA OU GRUPO DE CADEIRAS NO

MESMO DEPARTAMENTO, COMO AUXILIARES DE ENSINO;

- a) CHEFES DE LABORATÓRIO;
- b) MONITORES.

.....
.....
ART. 159 – O PROVIMENTO DO CARGO DE CHEFE DE LABORATÓRIO SERÁ FEITO A TÍTULO PRECÁRIO, PELO PRAZO DE TRÊS ANOS, POR ATO DO DIRETOR, MEDIANTE PROPOSTA DO DEPARTAMENTO INTERESSADO, APROVADA PELA CONGREGAÇÃO.

ART. 160 – SÓ PODERÃO SER NOMEADOS CHEFES DE LABORATÓRIO EM CARATER EFETIVO:

a) OS CHEFES DE LABORATÓRIO NOMEADOS NOS TERMOS DO ARTIGO PRECEDENTE, QUE TENHAM REVELADO NO DESEMPENHO DO SEU CARGO, PELO PRAZO MÍNIMO DE TRÊS ANOS, REAL DEDICAÇÃO E EFICIÊNCIA, A JUÍZO DOS PROFESSORES DOS RESPECTIVOS DEPARTAMENTOS;

b) OS PROFESSORES ADJUNTOS DAS CADEIRAS DIRETAMENTE RELACIONADAS COM AS ATIVIDADES DO SERVIÇO.

.....
.....
ART. 191 – AO INSPETOR DE ALUNOS INCUMBE:

I – DILIGENCIAR PARA QUE SE MANTENHA A BOA ORDEM NAS SEÇÕES PARA QUE FOREM DESIGNADOS;

.....

 Pretenderá o RELATÓRIO que, não havendo os servidores que nesses dispositivos são previstos, a *Escola* não os esteja cumprindo?

Aprovando o Regimento interno da Escola há 16 anos ou sejam 10 anos antes do início do período administrativo que ora se conclui – a Universidade decidiu assim, implicitamente, que o seu próprio quadro de pessoal deveria ser aumentado dos cargos aludidos, destinados à Escola. Não conseguiu, porém, que êsses cargos fossem criados por lei, como necessário. Seria justo, então, considerar-se a Escola e, sobretudo, a administração escolar que ora termina sua missão, como responsáveis pelo fato?

Convém ressaltar-se, a respeito, que tão depressa lhe foi isto possível, uma vez aprovado seu novo Estatuto, a Escola encaminhou *imediatamente* as providências necessárias à aprovação de um novo quadro de pessoal para o seu serviço, cujo projeto continua em andamento (processo nº 39.517-61, enviado pelo Senhor Ministro da Educação ao Senhor Presidente do Conselho de Ministros, por intermédio do DASP, conforme publicação no Diário Oficial nº 27, de 7-2-62, pág. 1671). Com êsse quadro, *tôdas* as deficiências de pessoal, na Escola, podem ser sanadas. A Diretoria vinha empreendendo esforços no sentido da rápida tramitação do novo quadro previsto na Lei de Antonomia da Escola – êste ou outro, que se julgasse preferível. Chegou a trazer a Ouro Preto dois altos funcionários do DASP, em duas ocasiões diferentes, para orientarem a revisão do projeto, com vistas ao seu mais rápido andamento ulterior. Como assinalado anteriormente, porém, a Comissão do Regimento, da Assembléia Escolar, considerou necessário sobrestar-se o

trabalho até aprovação do novo Regimento – donde não se ter continuado a agir em prol de uma solução mais rápida do caso.

ART. 182: A ADMINISTRAÇÃO DA ESCOLA COMPETE AO DIRETOR QUE SERÁ AUXILIADO PELO PESSOAL ADMINISTRATIVO E TÉCNICO-AUXILIAR, DISTRIBUINDO PELAS SEGUINTESS SECÇÕES:

.....
.....

6) CONTADORIA SECCIONAL;

.....
.....

ART. 219 – À CONTADORIA CABE:

I – A ARRECADAÇÃO E ESCRITURAÇÃO DA RENDA DA ESCOLA;

.....
.....

ART. 220 – O CONTADOR É RESPONSÁVEL PELO DINHEIRO E PELOS VALORES CONFIADOS À SUA GUARDA, COMPETINDO-LHE:

I – MANTER EM DIA A ESCRITURAÇÃO DA CONTADORIA;

.....
.....

ART. 221 – AO GUARDA-LIVROS COMPETE: .

I – AUXILIAR O CONTADOR NA ESCRITURAÇÃO DA CONTADORIA;

.....
.....

Referindo-se tôdos êstes dispositivos à Contadoria Seccional, que nunca foi criada, o RELATÓRIO considera por isto descumprido mais uma vez pela Escola, o Regimento interno.

Aplicam-se pois aqui, integralmente, as considerações acima, referentes ao art. 156 e outros. Convêm no entanto, agora, alguns esclarecimentos complementares.

Os serviços contábeis de tôdas as unidades da Universidade do Brasil centralizaram-se na Reitoria da Universidade com escrita sintética (art. 40 do Estatuto da U.B.) ficando assegurada, porém, a escrituração analítica do movimento econômico-financeiro de cada unidade universitária. A Escola de Minas, por isto, e sobretudo em face de sua localização especial, a grande distância da sede da Universidade, incluiu a Contadoria Seccional no projeto de Regimento interno que enviou à aprovação do Conselho Universitário em 1946, numa demonstração de seu empenho em possuir uma contabilidade à parte, subordinada à geral, com maior facilidade para acompanhar seu movimento próprio. Nos 9 anos do período administrativo escolar que se seguiu a aprovação do Regimento interno de 1946, não foi porém conseguida a efetivação da providência, de modo que a situação encontrada há 6 anos pela Diretoria cujo mandato ora termina foi a de acumulação, pela Secretaria, dos serviços de prestação de contas à Universidade, dêles encarregando-se zelosamente o próprio Secretário, sem quaisquer vantagens adicionais a êles relativas.

Foi sòmente a partir de 1º de janeiro de 1961 que, pela primeira vez desde 1946, teve a Escola condições, graças a autonomia que obteve, para enfrentar o problema por si mesma. A princípio, ainda se esperava que o novo quadro de pessoal, desde logo encaminhado, como exposto, ainda viesse

a tempo de instalar-se a Contadoria da Escola, autônoma, antes do fim do ano. Logo, porém, que se desvaneceram as esperanças a respeito, a Escola, no uso das prerrogativas de sua autonomia, decidiu-se a utilizar os serviços de uma Organização especializada, das mais autorizadas do Estado para seu levantamento contábil, conforme contrato publicado no Boletim nº 1 da Escola. Com essa providência, foi possível realizar-se o levantamento contábil de 1961, já concluído, o que prova que a Escola fez, nesse terreno, o que foi possível, já estando, além disto, encaminhadas as medidas necessárias à solução definitiva do problema.

ART.187 – AO OFICIAL ADMINISTRATIVO COMPETE:

I – LEGALIZAR E AUTENTICAR AS CÓPIAS, GUIAS, FOLHAS, FATURAS E DEMAIS DOCUMENTOS QUE DEVEM SER EXPEDIDOS;

.....

Diz o RELATÓRIO que este dispositivo não é cumprido, supondo, ao que parece, que a Escola não disponha de Oficial Administrativo. Ora, é precisamente esta a classificação funcional de seu atual Secretário, sendo de notar-se que como função gratificada, que é, não um *cargo*, a função de Secretário tem de ser necessariamente atribuída ao titular de um *cargo*, como por exemplo um oficial administrativo.

ART. 228 – AOS LABORATÓRIOS, DIRIGIDOS, QUANDO CONVENIENTE, POR CHEFES DE LABORATÓRIO SUBORDINADOS AOS PROFESSORES DAS CADEIRAS A QUE PERTENCEREM, INCUMBE

REALIZAR ANÁLISES, ENSÁIOS, PESQUISAS E EXPERIÊNCIAS.

Referindo-se a êste dispositivo, diz o RELATÓRIO, simplesmente: “NÃO EXISTE”. Ora , laboratórios existem , como é notório. É natural admitir-se , portanto , que a negativa se refira aos *chefes de laboratório* , mencionados no dispositivo. Mas caberia então notar-se que a norma não torna *obrigatória* a existência do servidor que ela menciona , já que estatui que os laboratórios serão por êle dirigidos *quando conveniente*. E se o tornasse , a situação seria a mesma, no caso, que a das exigências dos arts. 156 e outros, tratada mais acima.

ART. 234 – CONSTITUEM DEVERES E ATRIBUIÇÕES DO TÉCNICO DE LABORATÓRIO:

I – COMPARECER DIARIAMENTE AO SERVIÇO E PERMANECER NOS RESPECTIVOS LABORATÓRIOS DURANTE AS HORAS DO EXPEDIENTE;

.....

Assim se exprime a respeito o RELATÓRIO:

“ART. 234: “NÃO EXISTE”

Se com isto quer o RELATÓRIO dizer que não há técnico de laboratório , na Escola, estará laborando em equívoco , porque é precisamente esta a classificação funcional do professor FRANCISCO PIGNATARO ,

embora muito justamente êle reivindique , junto a quem de direito e com pleno apôio da Diretoria, a correção de tal classificação , que não corresponde aos altos méritos do distinto servidor. Mas há ainda outro servidor , devidamente habilitado , em pleno exercício da função, embora ainda aguarde reclassificação , já solicitada pela Escola.

ART. 235 – O PARQUE METALÚRGICO TEM POR OBJETIVO:

I – COLABORAR COM A ESCOLA NO ENSINO TEÓRICO E PRÁTICO;

II – FABRICAR INDUSTRIALMENTE PRODUTOS METALÚRGICOS DESTINADOS À ESCOLA,

ÀS REPARTIÇÕES PÚBLICAS E AS PARTICULARES;

III – REALIZAR EM SEUS LABORATÓRIOS PESQUISAS E ESTUDOS DE CARÁTER EXPERIMENTAL QUE INTERESSEM AOS SERVIÇOS PÚBLICOS E ÀS INDÚSTRIAS

IV – EXECUTAR EM SUAS OFICINAS, SERVIÇOS PARA A ESCOLA, REPARTIÇÕES PÚBLICAS E PARTICULARES.

Não cumpre o Parque Metalúrgico tais preceitos, segundo o RELATÓRIO.

Note-se, primeiramente, que quando um texto , como êsse enumera os *objetivos* a que um organismo como o Parque deve atender , não

pretende que êle permaneça ininterruptamente, como é óbvio, em ação ligada a cada um de tais objetivos. O Parque só poderá realizar serviços para a Escola, por exemplo, quando esta o solicitar. Assim, também, os três últimos itens, que não importam necessariamente em continuidade de ação, terão as oportunidades de sua aplicação, quando ocorrerem solicitações em tal sentido, que o Parque não tem deixado de atender, sempre que possível.

Quanto ao primeiro item, porém, que é mais importante do ponto de vista da Escola, não é possível negar-se que êle tem sido observado. Professores utilizam-se constantemente das instalações do Parque para suas aulas práticas; turmas de estagiários têm sido regularmente admitidas por êle havendo mesmo alguns importantes trabalhos pelos estagiários projetados e sob sua direção realizados para essa dependência escolar.

ART. 236 – O PARQUE METALÚRGICO TERÁ O SEU REGIMENTO PRÓPRIO, APROVADO PELA CONGREGAÇÃO, E NO QUAL DEVERÁ ATRIBUIR-SE AO DEPARTAMENTO DE MINAS E METALURGIA A FUNÇÃO DE CONSELHO TÉCNICO, SOB A PRESIDÊNCIA DO DIRETOR DA ESCOLA.

Não existe ainda, de fato, o Regimento próprio do Parque, como o dispositivo prevê e não há negar que isto representa uma lacuna que seria de toda conveniência sanar-se.

Acontece, porém, que a fase inicial de operação de uma empresa em condições tão especiais, dos pontos

de vista legal e econômico, deveria apresentar – era bem de esperar-se – problemas sem dúvida bem diferentes dos que ocorrem nas empresas comuns do mesmo gênero. Era pois razoável, sem dúvida, deixar-se escoar algum tempo de funcionamento do Parque para elaborar-se então o Regimento com base em um volume suficiente de observações e experiências que sobre o seu caso especial já estivesse disponível. É inegável, porém, que esse período probatório se alongou em excesso, em virtude de circunstâncias que seria longo discutir, até que, atingida a fase atual de reestruturação da Escola, tornou-se sem dúvida aconselhável aguardar-se sua conclusão para empreender-se o trabalho, em cuja expectativa já foram coligidos os dados necessários por Comissão de professores especialmente constituída para o caso (Portaria nº 49, de 19-8-61, do Diretor da Escola).

ART. 241 – OS ATOS QUE SE DESVIAREM DAS NORMAS REGULAMENTARES OU DAS REGRAS DA MORAL SÃO PASSÍVEIS DE PUNIÇÃO.

“Não cumprido”, segundo o RELATÓRIO. Ora, a apreciação das situações particulares, em que um dispositivo como este deva ser aplicado, sobretudo no caso de uma Escola superior, tem de levar em conta fatores cujo alcance nem sempre pode ser avaliado com a precisão necessária por quem não esteja na posição especial daqueles a quem caiba decidir a respeito. Não admira que assim seja, porque mesmo entre pessoas que tenham iguais possibilidades de acesso aos fatos envolvidos, pode haver

divergências a respeito desse alcance, tão subjetivo é, o mais das vezes, o modo de encará-lo. E é isto que explica, certamente, que mesmo nos tribunais mais isentos e mais íntegros, diante de um mesmo fato e das mesmas provas, seja comum a divergência de opiniões dos julgadores.

– IV –

Sob o título DEFICIÊNCIAS DO CORPO DOCENTE, emite o RELATÓRIO, inicialmente, o seguinte conceito:

“A Escola de Minas de Ouro Preto, desde há muitos anos passados, necessita de uma reestruturação curricular, administrativa, didática, pedagógica que, por motivos incompreensíveis, foi adiada até a *data de hoje*” (o grifo não é do RELATÓRIO).

Será que se pretende então negar que novo Estatuto da Escola consubstancia uma reformulação integral e radical, ainda em plena marcha, de estrutura escolar, talvez mais corajosa e mais cabal que tudo o que tenha sido realizado, no gênero, em cada uma das anteriores oportunidades em que tal estrutura tenha sido revista?

Ora, a aprovação do Estatuto vigente foi o coroamento de uma das sucessivas etapas de um processo iniciado há 4 anos, com a aprovação pela Congregação, a 11 de março de 1958, do plano de consecução da autonomia da Escola, plano este que visava, inclusive, a reestruturá-la.

A subseqüente aprovação dessa resolução pelo Conselho Universitário; a obtenção da mensagem

do Executivo ao Congresso, remetendo o respectivo projeto de Lei; a aprovação desse projeto em cinco comissões da Câmara, que tinham de opinar a respeito; a sua aprovação no plenário da Câmara, apesar da resistência a ele oposta por prestigioso setor parlamentar, favorecido pela intercorrência de uma circunstância retardadora ocasional, tão séria como a transferência do Congresso para Brasília e, finalmente o grande esforço que se tornou necessário para conseguir que a tramitação do projeto no Senado se completasse em dois ou três dias, os últimos da legislatura final do Governo cujo Ministro da Educação, Professor CLOVIS SALGADO, tomara a peito a medida, tais as etapas que àquela se seguiram, cumpridas em apenas anos. Para avaliar-se o esforço que isto representa, basta considerar-se que o projeto de lei de desdobramento de cadeiras, encaminhado pela Escola em 1947, apenas em 1956 logrou aprovação final no Congresso.

Vê-se, pois, que o processo de reestruturação da Escola, hoje em vias de atingir seu termo, com a próxima aprovação do novo Regimento, foi realmente iniciado há 4 anos e que, desde então, a Escola tem agido com o maior empenho, no sentido de acelerar tal processo. Será, pois, justo afirmar-se, como o faz o RELATÓRIO, que a providência foi adiada até a data de hoje?

– V –

Os problemas da reorganização da Escola, não resolvidos no momento oportuno, geraram deficiências nos corpos docente e administrativo, sendo as do corpo docente “de ordem *qualitativa e quantitativa*” (RELATÓRIO, pág. 4).

V.1 – Cátedra *Vitalícia*

Como a primeira causa de deficiências qualitativas, o RELATÓRIO aponta a vitaliciedade da cátedra, coordenando-a. Tratando-se, no caso, de uma disposição constitucional, não é à Escola que a observação se dirige.

V.2 – *Acumulação de Cadeiras*

A segunda causa indicada pelo RELATÓRIO é o fato de que “vários professores acumulam duas ou mais cadeiras”, o que só “seria em parte justificável pela *má remuneração atual*” (o grifo não é do RELATÓRIO).

Observe-se de passagem que *cadeiras*, pròpriamente – cargos públicos, instituídos por lei – só existem na Escola, por enquanto, as 33 enumeradas no art. 2º do Regimento Interno. E atualmente só existe um caso de acumulação de duas destas cadeiras, a XX e a XXII, ainda dependente de confirmação por ato do Govêrno, já solicitada pela Escola em virtude de deliberação da Congregação, nos estritos têrmos da Constituição Federal e do Estatuto dos Funcionários Públicos Cívís da União que interessam ao caso.

No curso de Engenharia Mineral não há *cadeiras* como as assim definidas, e sim *disciplinas*, não criadas por lei, mas por ato da Congregação, com a necessária homologação ministerial.

Estas são, pois, funções cuja situação permanecerá inevitavelmente mais ou menos incerta, enquanto não estiver elaborado o novo Regimento Interno da Escola e aprovado por ato do Gôverno o quadro global do magistério escolar a êle correspondente, porque então os assistentes e professores

de ensino superior da Escola deixarão de ser admitidos nas condições precárias atuais (mediante licenças anuais do Executivo Federal).

É claro que essa instabilidade é um fato de desencorajamento de possíveis candidatos às aludidas funções de assistentes e de professores de ensino superior, sobretudo tendo-se em vista as modestas remunerações respectivas, estabelecidas em lei.

No caso do Curso de Geologia, de iniciativa governamental e ainda mantido pelo Ministério, embora já legalmente incorporado à Escola, a situação é melhor, quanto à remuneração de professores e à segurança de sua situação, não havendo ainda o problema da obtenção de licenças anuais para sua admissão.

Assim, principalmente no que tange ao Curso de Engenharia Mineral, a Escola tem-se defrontado, para o caso da maioria das disciplinas do currículo, com este dilema : ou permanecem tais disciplinas sem regência ou são regidas por professores de matérias correlatas, em exercício cumulativo da função.

Vê-se, pois, que a *premente necessidade* do serviço, não o intuito de aumentar a remuneração dos professores, tem forçado a Escola a recorrer às acumulacoes de cadeiras com disciplinas ou de uma disciplina com outra.

Outro reparo ainda a fazer-se, na alegação em tela:

O RELATÓRIO refere-se à acumulação de “duas ou mais cadeiras”.

Já se assinalou que há na Escola, atualmente, apenas um caso de acumulação de duas *cadeiras*, dependente da confirmação governamental.

Mas parece evidente que o RELATÓRIO faz alusão a *todos* os casos de acumulação e que, assim, se refere a certos

casos de acumulação de *cadeiras* com disciplinas dos cursos de Engenharia Mineral e de Geologia, que é considerado como acumulação de três funções.

Afirmado, então, que há casos de acumulação de mais de duas cadeiras, o RELATÓRIO pode conduzir quem o leia à suposição ilusória de que haja professores lecionando *simultaneamente três matérias diferentes*, percebendo cumulativamente as três remunerações respectivas.

Ora, o que tem acontecido em certos casos é que, havendo certas matérias, como Cálculo, que são comuns aos três cursos da Escola, ou então determinada matéria comum a dois dos tres cursos, como a Química Física, e uma terceira muito correlata, no curso restante, como Química Geral, sejam reunidas em uma só, para preleções, as turmas de dois cursos de programas iguais e lecionada à parte, pelo mesmo professor, a de programa diferente. O professor terá então, em realidade, apenas duplicação de funções, e não triplicação, a não ser para trabalhos práticos e composições, recebendo pois duas remunerações completas e mais, como remuneração por prestação de serviços, um acréscimo correspondente ao desdobramento de turmas de trabalho prático ou composição, no valor de um terço da remuneração da cadeira ou disciplina.

Assim, temos:

MATÉRIA	TURMAS REUNIDAS	TURMA SEPARADA
Cálculo	Geral + Eng. Mineral	Geologia
Analítica	Idem	Idem
Q. Física Q. Geral	Idem (Q. Física)	Idem (Q. Geral)
Portos Topograf.	Idem (Topografia)	Geral (Portos)

Há, ainda, o caso de uma cadeira do Curso Geral, cujo professor leciona mais duas disciplinas do Curso de Geologia, sendo porém, uma no 1º e outra no 2º semestres, com atividades *simultâneas*, portanto, só em duas matérias.

O caso único em que de fato um professor tem lecionado ao mesmo tempo mais de duas matérias – não se falando de simples séries de conferências, não remuneradas, por professores já investidos de duas tarefas escolares – é o de um ilustre professor contratado no regime de tempo integral que, com sua boa vontade e entusiasmo notórios, não tem duvidado em lecionar, naturalmente sem vantagens adicionais, mais uma ou outra disciplina de sua especialidade, em casos em que não tenha sido possível conseguir-se professor para a mesma, em tempo hábil.

Como solução para a dificuldade de pessoal docente, o RELATÓRIO indica a elevação dos proventos respectivos à níveis satisfatórios, considerando não haver problema para tanto, já que a Diretoria, tendo a faculdade de elaborar o projeto de orçamento interno da Escola, pode fazê-lo atendendo à “posição geográfica de Ouro Preto”, como nos casos (para o RELATÓRIO) de S. Carlos, ITA e Ribeirão Preto, onde tudo funciona perfeitamente bem. E pergunta então o relatório: “Por que a EMOP não recompensa convenientemente seus professores ... fazendo com que o magistério aqui seja realmente compensador?”

Seria realmente simples essa solução vislumbrada pelo RELATÓRIO, assim resumida no insignificante trabalho de manipulação do projeto de orçamento interno da Escola.

Mas o RELATÓRIO considera que é à Diretoria que caberia adotá-la, ao “elaborar o projeto de orçamento ...” Ora, à Assembléia Escolar compete *deliberar* sobre o projeto e nela tem assento o Sr. Presidente do D.A., um dos signatários do RELATÓRIO. Por que, então, a Assembléia Escolar, ao ensêjo, não corrigiu o defeito do projeto, no sentido indicado? Por que será também que tanta Universidade autônoma que existe no País não faz a mesma coisa, para que seus professores também não acumulem cadeiras *em duas escolas diferentes* (o que é, sem dúvida, pior), como é freqüente acontecer em Belo Horizonte, no Rio e até mesmo em São Paulo?

Ora, a verdade é bem simples: enquanto os professores das Escolas forem *funcionários públicos*, estarão sempre sujeitos aos padrões legais de vencimentos destes, embora não privados das acumulações que a lei prevê e de remunerações especiais de caráter transitório (diárias, as remunerações ditas “por prestação de serviços”, etc.).

A situação criada pelo acúmulo de cadeiras em um mesmo professor, segundo o RELATÓRIO, “é ainda agravada pela falta completa de assistentes, instrutores, de monitores, de funcionários categorizados ...” (página 5).

Cabe esclarecer:

a) Em janeiro de 1961, menos de um mês depois de publicada a Lei de Autonomia da Escola, já estava pronto o projeto de seu Estatuto (para cuja elaboração a Lei aludida concedia-lhe 60 dias de prazo), onde se estabeleciam os elementos principais da nova estrutura da Escola.

b) Foi justamente atendendo à premente carência de pessoal docente e administrativo, em que a Escola tem vivido há vários anos (e para a qual não lhe era possível pleitear a solução diretamente, antes de desligada da Universidade) que, em janeiro de 1961, logo após conseguida a autonomia, obteve a Escola que a Diretoria de Pessoal do MEC elaborasse o projeto de seu quadro *adicional* de pessoal, englobando 14 cargos de direção, 109 de magistério, 11 de engenheiros, 4 de técnicos de educação, 8 de assistentes de educação, 30 de auxiliares de laboratório, além de considerável número de artífices, serventes, funcionários burocráticos, etc.

c) Esse quadro, com o projeto de Estatuto, foi levado *em mãos* ao Senhor Ministro da Educação. Sua Excelência, porém – a quem a Escola era devedora da grande conquista representada por sua autonomia – considerou inviável, ao apagar das luzes do seu período governamental, a tramitação da matéria no Conselho Nacional de Educação, naquele momento em recesso, (caso do projeto de Estatuto, como exigido pela Lei de Autonomia da Escola) e no DASP (caso do projeto do quadro de pessoal).

d) Diante disso, só depois do término das férias do referido Conselho, teve andamento o projeto de Estatuto, que fôra entregue em janeiro. A Escola acompanhou de perto o andamento do projeto no C.N.E., com o Senhor Diretor do Ensino Superior; fez recopiar várias vezes o projeto, inclusive pela utilização de escritórios dos seus ex-alunos no Rio etc.

e) Simultaneamente, face à premente carência de pessoal docente, a Escola pôs-se em contato novamente com a Diretoria do Pessoal do MEC, a cuja compreensão e boa vontade ficou a dever o êxito de uma providência provisória

para o caso, que, face às extremas dificuldades do momento em que fôra pleiteada, representou uma conquista: a autorização do Senhor Presidente da República, publicada no D.O. n. 94, de 27-4-61, para a admissão pela Escola, para 1961, de 25 assistentes e 12 professores de ensino superior. Foram então admitidos 17 assistentes e 9 professores de ensino superior, não tendo conseguido a Escola, pois, preencher tôdas as vagas obtidas. Esta autorização, dado que o novo quadro não foi ainda aprovado por ato do Govêrno, foi renovada para o ano em curso (D.O. de 9-3-62) já tendo admitidos ou readmitidos, em conseqüência, 10 assistentes e 12 professores de ensino superior.

Para o corrente ano, foi ainda solicitada a permissão ministerial, na conformidade do decreto n. 51393 de 11-1-62, para admissão de mais 14 professores e 15 monitores (of. n. 17/Dv/62, de 2-4-62), estava sendo aguardada a solução do pedido.

f) Enquanto prosseguia a tramitação do projeto de Estatuto, nos termos da lei de Autonomia, e enquanto se encaminhavam estas medidas provisórias de refôrço do corpo docente, continuava o trabalho da Escola pela aprovação mais rápida possível de seu novo quadro. Para tanto, foram trazidos a Ouro Preto, em duas ocasiões sucessivas, dois categorizados funcionários do DASP, afim de que escoimassem o projeto do quadro de possíveis imperfeições que viessem a dificultar-lhe a pronta aprovação por aquêle órgão máximo da administração do Serviço Público.

g) Acontece, porém, que em dado momento, a comissão da Assembléia Escolar, incumbida de elaborar o anteprojeto do Regimento da Escola, considerou prematura a elaboração do projeto do quadro, o que, de um ponto-de-vista estritamente técnico, era sem dúvida perfeitamente lógico .

Não viu a Diretoria como recusar esse ponto-de-vista, daí resultando a paralização do trabalho, a fim de aguardar-se a aprovação do novo Regimento e só depois dela, retomá-lo.

V.3 – Como terceira causa das deficiências do corpo docente, o RELATÓRIO aponta o problema da residência fora de Ouro Preto, de professores da Escola. “Remuneração compensadora” seria de novo o remédio.

Ora, já se observou (V. 2) que enquanto os professores das Escolas superiores forem *funcionários públicos*, como ainda acontece, não haverá como fixarem-se seus vencimentos fora dos padrões legais respectivos.

Estampa o RELATÓRIO a seguir (pág. 6), um orçamento interno do Parque Metalúrgico, para 1962, ainda não escoimado dos equívocos do projeto primitivo, apontados e eliminados durante os debates que precederam sua aprovação pela Assembléia Escolar.

Nele não figura, como parcela da receita, a dotação específica de 5 milhões de cruzeiros, consignada ao Parque Metalúrgico no Orçamento vigente da União, em virtude da qual o RELATÓRIO considera o Parque deficitário.

Nesse orçamento interno, em que está prevista a aplicação da totalidade de renda *própria* do Parque Metalúrgico, há uma parcela de dois milhões de cruzeiros, da despesa prevista, que se destina o *material permanente*, o restante correspondendo à *totalidade* das despesas de operação e manutenção estimadas.

Admita-se, então, apenas para racionar, que a realidade confirmasse afinal, rigorosamente, a previsão orçamentária considerada. Ao fim do ano, a situação seria então a seguinte, para o Parque:

Tôda a sua renda própria (não incluindo aí os cinco milhões do Orçamento da União) teria sido *consumida* na

operação e manutenção do Parque, tendo sido adquirido o *material permanente* a que se refere a parcela de dois milhões aludida, material esse que representaria então um *acréscimo* do patrimônio do Parque. Ora, uma empresa que não dá lucro em dinheiro, mas que dá lucro em bens patrimoniais, não é deficitária, por certo.

Os 5 milhões do Orçamento da União só poderão representar inversão, porque as despesas de operação e de manutenção, na hipótese considerada, teriam sido atendidas segundo a previsão.

Parece, pois, que não há, no Orçamento do Parque, base para a conclusão a que chegou o RELATÓRIO.

Instituto de Mineração e Metalurgia (RELATÓRIO, pág. 7)

VII.1 – Foi em princípios de 1959, não de 1960, que o Instituto teve condições para adotar as primeiras providências necessárias ao seu funcionamento, já que a importância do primeiro auxílio federal respectivo apenas foi recebida nos últimos dias de 1958, transferindo-se integralmente sua aplicação ao ano imediato, nos termos do convênio firmado para o caso, entre a COSUPI e a Universidade do Brasil.

Pretende o RELATÓRIO que, desde o início das atividades do Instituto, “depois de dezenas de milhões de gastos, somente foi montada uma aparelhagem de Metalurgia”.

Cabe esclarecer-se, de início, que a aparelhagem para pesquisa metalúrgica já adquirida é realmente de vulto e que a aquisição de aparelhamento para tal fim prossegue, apesar das notórias dificuldades cambiais do momento, como é indispensável para que as atividades do Instituto possam

atingir o fim desejado. Não menciona, porém, o RELATÓRIO, como uma das realizações do Instituto, o fato de haver o mesmo, há mais de um ano, contratado os serviços de quatro pesquisadores, vindos de uma das maiores organizações do ramo de todo o mundo – o INSTITUT DE RECHERCHE DE LA SIDERURGIE (ISIRD), de Saint-Germain-em-Laye, França.

Omite ainda o RELATÓRIO, assim manifestando-se, o custeio pelo Instituto, em grande parte, do Curso de Engenharia Mineral, que diplomou sua segunda turma de engenheiros em 1961 e que dificilmente poderia ter-se mantido a partir de seu segundo ano de vida, sem as dotações do Instituto.

Omite igualmente o fato notório de que, com os recursos do Instituto, foi possível a adaptação e a construção de várias dependências escolares e seu equipamento em mobiliário, como ainda a melhoria do aparelhamento escolar em setores diversos.

VII.2 – “Quanto à formação do pessoal destinado à pesquisa para o desenvolvimento nacional, nada foi feito” – segundo o RELATÓRIO (pág. 7) o qual acrescenta que “lamentavelmente não se esboça nenhum plano em tal sentido”.

Eis, a respeito, alguns fatos:

a) Acha-se atualmente em estágio no ISIRD, por dois anos, após os quais deverá vir trabalhar no Instituto, ilustre ex-aluno da Escola, prêmio Queiroz Júnior de Metalurgia, custeado pela Fundação Gorceix por solicitação da Escola mediante compensação parcial, por esta, do ônus respectivo.

b) Está agregado ao Instituto outro distinto ex-aluno da Escola, admitido como assistente para o fim especial de ser igualmente enviado ao IRSID em estágio de dois anos para servir depois ao Instituto – sendo de notar-se que já se acham encaminhados os entendimentos respectivos, em condições bem satisfatórias.

c) Dois técnicos de laboratório diplomados em Farmácia e mais um artífice especializado encontram-se em serviço há bastante tempo junto à equipe de pesquisadores enviada pelo ISIRD.

d) Visando principalmente à formação de pessoal para a pesquisa e em face de terem sido baldadas as tentativas anteriores, de retenção pela Escola, para o serviço do Instituto, de qualquer dos concluintes dos cursos interessados, a Congregação elaborou, em princípios de 1961, uma Regulamentação para um curso de doutorado em Metalurgia, em dois anos, que ela instituiu então para ex-alunos da Escola, os quais teriam, nesse curso, uma ajuda mensal de Cr\$ 25.000,00. Feita, logo após a publicidade necessária, nenhum candidato ao curso se apresentou.

Diante desse insucesso, a Escola dirigiu, pelo fim do ano, cartas individuais a *todos* os diplomados dos seus cursos interessados, oferecendo-lhes o auxílio mensal de Cr\$ 66.000,00 em vez de Cr\$25.000,00 para realizarem o curso, nas condições constantes da Regulamentação aludida. Um único candidato apresentou-se, mas desistiu pouco depois.

VII.3 – “Ainda no setor de Metalurgia, notamos que, terminado o vultoso contrato dos franceses, ficarão os aparelhos montados mas destinados ao estrago, uma vez que a

equipe de técnicos brasileiros destinada a cuidar dêste setor não foi criada” (Pág. 7 do RELATÓRIO).

Ao que acima se esclarece a respeito de uma equipe brasileira para os trabalhos do Instituto, depois do término dos contratos dos pesquisadores vindos do IRSID, cabe acrescentar-se que não é impossível a renovação de alguns dos contratos aludidos ou a celebração de outros.

VII.4 – Negando assim, qualquer esforço da Escola, no sentido da criação do corpo de pesquisadores do Instituto, o RELATÓRIO afirma, em seguida: “Ao contrário, a colegas que solicitaram estágio durante as últimas férias, foi negado com alegação de que não haveria professor ou pesquisador naquele período na direção do Instituto”.

O RELATÓRIO não esclarece, porém, que assim impossibilitado de receber estagiários durante as férias dos pesquisadores, o Instituto, no entanto, manteve quatro alunos em seu serviço, a partir de maio de 1961, até o fim do ano, e que mantém três alunos no corrente ano, a partir de Abril.

E êsses alunos são remunerados com recursos fornecidos pela FUNDAÇÃO GORCEIX, a pedido da Escola, em virtude de ser-lhe impossível remunerá-los com os recursos do auxílio da COSUPI, nos termos do Convênio relativo ao assunto.

- VIII -

VIII.1 – Sob o título CONSIDERAÇÕES FINAIS, diz o RELATÓRIO, entre outras coisas, que quando surgiu o Diretor atual (cujo período administrativo está hoje a extinguir-se), agiu de tal maneira que sua ação “redundaria em pouco tempo na centralização de toda a Escola em sua pessoa”.

Ora, os dois órgãos da Administração escolar, no regime anterior ao Estatuto vigente, eram apenas a Congregação e o Diretor, já que o Conselho Departamental, “órgão consultivo da Diretoria” (art. 101 do Regimento Interno), não era um órgão deliberativo. Assim, para que houvesse centralizado “tôda a Escola em sua pessoa” era preciso que o Diretor tivesse avocado a si as atribuições da Congregação, o que não sucedeu. Ao contrário disto, o período administrativo que ora finda foi daqueles em que maior número de reuniões efetuou aquêle alto órgão escolar.

Outros fatos: o Instituto de Mineração e Metalurgia teve à sua frente, de início, uma Comissão de professores que muito cooperou nas providências de sua criação, tendo tido a seu cargo, por exemplo, as vultosas obras de construção e de adaptação de instalações escolares, para o fim visado, trabalho em que a interferência do Diretor quase sempre se cifrou à autorização das despesas necessárias e a um outro caso de escolha entre várias soluções possíveis. Essas obras foram depois prosseguidas sob a supervisão do Diretor Administrativo, pela primeira vez surgido na Escola, e por um outro distinto professor, mais tarde, continuando o Diretor quase exclusivamente a atender os pedidos de autorização apresentados. O Parque Metalúrgico foi continuamente administrado com grande autonomia por um dos professores do Departamento interessado, com a devida autorização do Órgão universitário competente. O curso de Geologia foi sempre livremente dirigido pelo Coordenador respectivo, assistido pelo seu Conselho de Professores, sem interferência alguma do Diretor da Escola.

Representará tudo isto realmente hipertrofia da autoridade do mesmo Diretor?

VIII.2 – Ainda sob o citado título de CONSIDERAÇÕES FINAIS, afirma o RELATÓRIO que os cursos ultimamente criados não tiveram o devido planejamento, o mesmo tendo acontecido à autonomia da Escola, conseguida em Dezembro de 1960.

NOVOS CURSOS – Em sessão de 15-12-1956 a Congregação deliberou, após exaustivo estudo preliminar, sobre os currículos do curso de Engenharia Mineral, sobre a distribuição das disciplinas pelas séries do curso, prevendo, inclusive, as respectivas cargas horárias semanais, sobre o modo como seriam lecionadas, estabelecendo como norma que, quanto possível, os trabalhos didáticos ficariam a cargo de docentes auxiliares, sob a direção e responsabilidade dos professores catedráticos das matérias correspondentes, no curso de 6 anos etc.

Êsse *planejamento* do curso foi submetido ao Conselho Universitário e aprovado, depois, pelo Senhor Ministro da Educação, que autorizou seu funcionamento, aprovando Exposição de Motivos do Senhor Diretor do Ensino Superior.

Não foi pois pela “falta de planejamento”, como pretende o RELATÓRIO que surgiram os problemas a que êste alude, mas pela extrema dificuldade atual de conseguir-se o pessoal docente adicional na medida das necessidades.

Autonomia – No que se refere à Autonomia, é fácil ver-se que a Lei que a concedeu já incluía os dispositivos básicos de seu planejamento, como resultará evidente de uma simples leitura do seu texto.

Ora, na expectativa da aprovação da Lei de Autonomia, já a Congregação adotara, por antecipação, as providências necessárias à elaboração de seu planejamento mais completo.

Tanto assim que, recebido na Escola, nos primeiros dias de Janeiro de 1961, o número do Diário Oficial em que a Lei foi publicada, antes do fim desse mês já estava concluída a elaboração do projeto de Estatuto previsto pela Lei e que contém minucioso planejamento da autonomia escolar. Aprovado esse Estatuto em 12-10-1961 teve logo início o desdobramento desse planejamento, desdobramento esse cuja fase inicial vai agora atingindo seu termo, com a próxima aprovação do novo Regimento e com a posse, dentro em breve, do novo Diretor, escolhido precisamente na conformidade do planejamento adotado, com a modificação ulterior, que a ele trouxe a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Finalizando:

A evidente conveniência de não se retardar em excesso a divulgação deste trabalho e a extrema escassez do tempo disponível, que desse fato decorria para a sua elaboração, nesses dias finais de um período administrativo que já se tem alongado em excesso, em relação ao que era de prever-se face às disposições do Estatuto vigente referentes ao caso, não permitiram que se estendessem também estes comentários às adendas do RELATÓRIO analisado nem facultam um exame mais detido de cada um dos pontos deste.

Mas o que foi possível, foi feito, com sinceridade de propósitos, sem qualquer espírito de retaliação ou de revide que em nada poderia aproveitar à causa da Escola, nesta hora difícil em que a união fraterna de seus filhos é um imperativo da defesa dessa nobre causa.

Que a serenidade retome seu império sobre a razão e a consciência de quantos queremos a grandeza desta velha Escola.

Ouro Preto, Maio de 1962.

A DIRETORIA

**RELATÓRIO – SÍNTESE DA ATUAL SITUAÇÃO DA
ESCOLA DE MINAS DE OURO PRETO PELO
DIRETÓRIO ACADÊMICO (1970)**

EXMO. SR.
EX-ALUNO DA ESCOLA DE MINAS.

Prezado Senhor,

Com absoluta confiança em seu espírito de compreensão e grande amor à Escola de Minas de Ouro Preto é que lhe passamos às mãos o presente relatório.

Reconhecemos que não está êle completo, porque, por motivos alheios à nossa vontade, não dispusemos de todos os dados de que tínhamos necessidade.

Trata-se, no entanto, de uma crítica construtiva, de uma análise que, embora com lacunas, foi feita com inteira honestidade e visando unicamente dar subsídios para solução dos graves problemas que vêm prejudicando o bom funcionamento da Escola e, conseqüentemente, o almejado preparo técnico-profissional de seus alunos.

Estamos certos de que o senhor tomará uma posição de defesa da Escola, a que se acha ligado, como brilhante ex-aluno. Isto esperamos também de sua esclarecida consciencia patriótica, porque, em última análise, está em jogo o próprio bem do Brasil.

Contando certos com o seu apôio, como membro da Associação dos Antigos Alunos, antecipamos-lhe nossos agradecimentos, juntamente com os protestos de alta estima e consideração.

Atenciosamente,

JOSÉ DE LOURDES R. MOTTA,
Presidente do Diretório Acadêmico, pela
Comissão.

DIRETORIA

Está é assim constituída:

- 1) Diretor Geral
- 2) Diretor de Ensino
- 3) Diretor da Divisão de Administração
- 4) Diretor da Divisão de Pesquisas.

É indiscutível que às diretoria, sejam elas de Escola ou de Emprêsas, é que compete, como função precípua, planejar tôdas as inovações que se fazem necessárias ou se tornam inadiáveis.

Nada ou quase nada se pode esperar de uma diretoria que toma sôbre si o ônus de tantos encargos e absorventes funções que a impossibilitam, praticamente, de estudar as soluções adequadas para os múltiplos e complexos problemas pelos quais são responsáveis, e planejar as metas imprescindíveis ao desenvolvimento da Escola ou da Emprêsa.

Para que se evidenciem tais fatos, basta que se atente para o relato que se segue:

DIRETOR GERAL

Além de responder pela Diretoria Geral, êste acumula os cargos de:

- a) Primeiro Reitor da UFOP;
- b) Diretor Administrativo da EMOP.

No que se refere ao item a), a Universidade Federal de Ouro Preto até hoje não tem elaborado o seu estatuto, embora o prazo se tenha extinguido em dezembro de 1969, não obstante as constantes alertas feitas ao Reitor por êste Diretório Acadêmico. É tal a inoperância, que sòmente no dia 31/3/70, foi criada a COPERTIDE, após vários meses da publicação da Lei que a instituiu, resultando assim em prejuízo para o cargo docente, tendo em vista a exigüidade do prazo estabelecido pela COPERTIDE, para apresentação de planos de trabalho. Ressalte-se que a COMCRETIDE fixara o prazo de entrega dos respectivos planos de trabalho até o dia 30 de Abril.

No que se refere o item b), como se sabe é de fundamental importância o cargo de Diretor da Divisão de Administração, uma vez que êste tem sob sua responsabilidade a Secretaria Geral, a Contadoria, a Biblioteca e os Serviços Auxiliares de Manutenção.

A êste último competem os serviços de planejamento, execução e fiscalização de obras de Engenharia Civil. Entretanto as obras de construção da nova sede da Escola, no Morro do Cruzeiro, encontram-se praticamente paralizadas, depois de já se ter lá investido vultosa soma para uma obra orçada em dezenas de milhões de cruzeiros novos.

Ressalte-se que o Diretório Acadêmico, numa de suas reivindicações ao Diretor Geral, no sentido de se proceder à nomeação do Diretor Administrativo, foi ameaçado de fechamento, daí a grande apreensão da não indicação do Diretor Administrativo.

Não se aplicou e nem se fez aplicar a Reforma Universitária na Escola de Minas, exceto no que tange aos vencimentos do Diretor Geral e Diretor da Divisão de Ensino. Devemos frizar ainda que, nas funções de Diretor Geral, o

mesmo não apresentou até a presente data à Assembléia Escolar, para deliberações:

- o plano de trabalho;
- a proposta orçamentária;
- o relatório das atividades escolares e
- os pedidos de verbas feitos pela Diretoria.

DIRETOR DA DIVISÃO DE ENSINO

Êste, além de responder pela Diretoria da Divisão de Ensino, tem sob sua responsabilidade:

- 1) Comissão de Ensino;
- 2) Secretaria de Ensino;
- 3) Serviço de Assistência Educacional e Social e
- 4) Serviço de Assistência Pedagógica,

todos de relevante importância, mas que não funcionam na prática. Além destes encargos, acumula os cargos de:

- 1) Professor de Paleontologia do Curso de Engenharia Geológica;
- 2) Professor de Paleontologia do Curso de Engenharia de Minas;
- 3) Superintendente substituto do Instituto de Metalurgia;
- 4) Superintendente substituto do Instituto de Ciências Sociais e Econômicas.

O Diretor da Divisão de Ensino usualmente não toma decisões de sua responsabilidade, preferindo transferi-las para

a Congregação, a qual fica limitada a deliberar sobre problemas de competência exclusiva do mesmo, uma vez que a ordem do dia programada por ele é inexpressiva, relegando a 2º plano questões outras de maior importância. Apesar disto, o Diretor da Divisão de Ensino ainda deixa de cumprir determinadas resoluções da Congregação.

Dada a inoperância da Direção da Escola, esta não promove sessões técnico-culturais, mas cria sérios obstáculos em promoções desta natureza quando de iniciativa do Diretório Acadêmico, não liberando professores e alunos para participarem dos trabalhos, colocando os promotores em situação ridícula perante ilustres conferencistas, que aqui vêm atendendo àqueles convites.

A parte referente a excursões, de relevante importância para a complementação dos estudos teóricos, é tremendamente prejudicada pela Direção da Escola que inúmeras vezes coloca obstáculos para a realização das mesmas, não liberando nenhum dos 3 ônibus com que contamos especialmente para essa finalidade. Os mesmos ônibus, porém, são facilmente emprestados a Colégios locais para efetuarem passeios turísticos.

DIRETOR DE PESQUISA

Não se tem conhecimento de nenhuma programação de pesquisa na Escola de Minas. Além disso é de notória incompatibilidade a existência de um só Diretor de Pesquisa numa era de especializações, mórmente no setor de Engenharia Metalúrgica, de Minas, Civil e Geológica.

CONGREGAÇÃO

Esta se compõe de apenas quinze professôres titulares (catedráticos), com freqüência média de oito a nove (quando o corpo docente da Escola se compõe de oitenta professôres, aproximadamente). Dêste reduzido número de Membros de que se constitue a Congregação, emanam tôdas as decisões que são completamente distanciadas de espírito inovador. Tanto predomina o espírito obsoleto que, desrespeitando as prescrições da Reforma Universitária, não permitem o ingresso à mesma de professôres de outras categorias, embora êstes de comprovada capacidade, já tenham reivindicado aquêle direito. Êste órgão, carente como está de maior número de membros, chegou ao ponto de votar a incompatibilidade de um dos seus membros, Professor Titular de notória competência em assuntos jurídicos, sem ao menos colocar em discussão a matéria.

CORPO DOCENTE

Ê constituído por 80 professôres, aproximadamente. Embora êste número pareça suficiente, não o é, em virtude dêste quadro não estar distribuído convenientemente (quantitativa e qualitativamente), em alguns casos. Por isso, várias disciplinas dos diversos cursos são transferidas para os anos seguintes por falta de professôres, acumulando com isso um grande número de disciplinas numa só série, em detrimento do aprendizado.

Ê crescente e notória a insatisfação geral do atual quadro de professôres para com a Direção da Escola, manifestada por êles próprios nas salas de aula.

Ressalte-se que alguns professôres, com o intuito exclusivo de manter o padrão de ensino e zelar pelo bom nome da Escola, lecionam gratuitamente quando as turmas

são desdobradas, devido ao excesso de alunos. O número destes abnegados professores, no entanto, diminui de ano para ano, quando verificamos terem sido vão os seus esforços na tentativa de ajudar a administração da Escola, que permanece indiferente a estes problemas.

Friza-se que, no ano anterior, 11 professores abandonaram a Escola de Minas e outros tencionam fazê-lo.

ENSINO

A bem da verdade ressalta-se que alguns currículos são inteiramente desatualizados, com grande prejuízo para os alunos, para a tecnologia e para as empresas a que eles, mais tarde, prestarão os seus serviços.

Acresce a falta de um maior entrosamento entre as disciplinas correlatas, o que prejudica seriamente o seu estudo.

E, como resultado de tudo isto, verifica-se que lamentavelmente a Escola vem faltando à sua missão, não preparando valores novos, que, por sua competência e aprimoramentos técnicos, pelo seu zelo e dedicação ao ensino, possam substituir os atuais professores, em sua falta, ou valorizar o presente corpo docente da Escola.

INSTITUTOS

Regimentalmente possui a Escola seis Institutos, a saber:

- 1) INSTITUTO DE CIÊNCIAS BÁSICAS;
- 2) INSTITUTO DE GEOLOGIA;
- 3) INSTITUTO DE METALURGIA;
- 4) INSTITUTO DE ENGENHARIA GERAL;

- 5) INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E ECONÔMICAS;
- 6) INSTITUTO DE MINERAÇÃO.

Dêstes apenas o Instituto de Engenharia Geral e de Geologia possuem Superintendentes efetivos. Os Institutos de Metalurgia e de Ciências Sociais e Econômicas possuem Superintendentes Substitutos (Diretor da Divisão de Ensino). O Superintendente do Instituto de Mineração recentemente solicitou sua demissão do cargo, e o de Ciências Básicas, em virtude de sua aposentadoria, deixou o cargo vago em maio de 1969.

Deve-se ressaltar que apenas o Instituto de Metalurgia e o de Geologia funcionam, embora em condições precárias. No Instituto de Metalurgia onde os aparelhos são excelentes, as poucas pesquisas realizadas são feitas pelo Instituto Costa Sena, que não pertence à Escola de Minas mas, sim, à Fundação Gorceix.

BIBLIOTECA

A importância de uma Biblioteca, em plenas condições de funcionamento, em uma Escola de Ensino Superior, é por demais evidente. Apesar disso, devemos enfatizar que a Escola de Minas não conta com uma Biblioteca à altura, pois possui poucos livros realmente úteis e atualizados, os quais são em número insuficiente para atender o corpo discente que cresce de ano para ano. Muitos livros obsoletos não condizentes com os constantes avanços tecnológicos e científicos por que passamos. Tudo isto deve-se à falta de um Bibliotecário e as deficiências advêm desta situação também são notórias.

CONSEQUÊNCIAS

Como reflexo dessa situação gerada pelo período difícil que atravessa a Escola, em virtude da ineficiente administração, verifica-se um descontentamento generalizado entre os corpos docente, discente e administrativo, gerando um clima pouco propício às importantes realizações que necessitam ser feitas e prejudicando assim o Ensino.

SUGESTÕES

1) Que haja por parte do Ministério da Educação e Cultura atuação direta e imediata na administração da Escola de Minas;

2) que sejam aplicados os artigos da Reforma Universitária que já produziram efeitos positivos em outras Escolas;

3) que seja preenchido o cargo de Diretor Administrativo, atualmente vago, bem como todos os outros instituídos estatutária e regimentalmente e posteriormente aprovados;

4) que haja um Diretor de Pesquisa para cada Curso;

5) que se coloque em funcionamento o Parque Metalúrgico Augusto Barbosa, de propriedade da Escola de Minas, fechado há vários anos, visto que os estudos prévios para tal medida já foram realizados;

6) que sejam reiniciadas as obras da nova sede da Escola de Minas, no Morro do Cruzeiro, inexplicavelmente paralizadas;

7) que seja elaborado o Estatuto da Universidade Federal de Ouro Preto.

Êsse documento foi elaborado por uma Comissão especial designada pela Diretoria do Diretório Acadêmico, reunida em 5/3/70, e homologada em reunião conjunta da Diretoria do Diretório Acadêmico e Conselho de Representantes, em 16/5/70.

Ouro Preto, 15 de Maio de 1970.

JOSÉ DE LOURDES RIBEIRO MOTTA, Presidente
do Diretório Acadêmico da EFMOP.

CLÁUDIO RIBEIRO DE LACERDA, 2º Secretário
do Diretório Acadêmico da EFMOP.

SERAFIM CARVALHO MELLO, Presidente do
Conselho de Representantes.

JOSÉ ARMANDO DE FIGUEIRÊDO CAMPOS,
Secretário do Conselho de Representantes